



Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

Comissão de Políticas Institucionais para Promoção da Sustentabilidade
Departamento de Ações Pró-Sustentabilidade
Divisão de Gestão Ambiental

**Plano de Logística Sustentável do
Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
PLS / PJERJ**



Rio de Janeiro - RJ
Agosto de 2015

GESTÃO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – 2015/1016

PRESIDENTE DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DESEMBARGADOR LUIZ FERNANDO RIBEIRO DE CARVALHO

CORREGEDORA GERAL DE JUSTIÇA
DESEMBARGADORA MARIA AUGUSTA VAZ MONTEIRO DE FIGUEIREDO

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE POLÍTICAS INSTITUCIONAIS PARA PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE - COSUS
DESEMBARGADOR JESSÉ TORRES PEREIRA JÚNIOR

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE AÇÕES PRÓ-SUSTENTABILIDADE - DEAPE
ROSILÉA DI MASI PALHEIROS

DIVISÃO DE GESTÃO AMBIENTAL - DIGAM
ANDRÉA CRISTIANE SALES MOREIRA
CLÁUDIA DE SÁ CARDOSO SCHKRAB
MARIA TERESA GUZZO LIA
ANA PAULA DE SOUZA MARTINS CARNEIRO
SÉRGIO LUIZ PEDRA DOS SANTOS

MEMBROS DA COMISSÃO DE POLÍTICAS INSTITUCIONAIS PARA PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE
DRA. TERESA PONTES GAZINEU – JUÍZA DE DIREITO DA 2ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DA CAPITAL
DRA. ADMARA FALANTE SCHNEIDER – JUÍZA DE DIREITO DA 40ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL
ROSILÉA DI MASI PALHEIRO - DEAPE
ANDRÉA CRISTIANE SALES MOREIRA – DEAPE/DIGAM
CLÁUDIA DE SÁ CARDOSO SCHKRAB – DEAPE/DIGAM
CARLOS HENRIQUE POUBEL FERRARI – DGPES/DESAU

SERVIDORES ASSISTENTES DA COMISSÃO DE POLÍTICAS INSTITUCIONAIS PARA PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE
IVANY TEREZINHA ROCHA YPARRAGUIRRE – DGPES/DESAU
FÁTIMA DOS SANTOS PIRES – GAB/CGJ
DENISE PIRES COELHO REIS – CGJ/DGADM
ERICK ROBERTO HUGUENIN DA SILVEIRA GOMES - DGLOG
FABIANA DUARTE FERREIRA - DGLOG
CARLA CORTES D'ÁGUIAR - DGLOG
JOEL BELTRÃO JARQUE - DGLOG
RICARDO ALVES DOS REIS - DGLOG
FERNANDO DE MENEZES DA GAMA MALCHER – DGENG
CLÁUDIO ALMEIDA - DGENG
ANTÔNIO CARLOS PEREIRA ALVES – DGENG
CARLOS GUILHERME GUIMARÃES BON - DGPES
WALTER GRYNSPAN – ESAJ
LEONARDO SCHMIDT KASSUGA – DGTEC
BRAULIO BEZERRA DE MENEZES SOUZA – DGTEC

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - PJERJ
Plano de Logística Sustentável - PLS

JORGE ANTÔNIO BARROS – DGCOM/ASSESSORIA DE IMPRENSA
IRACEMA MELLO HENRIQUES NERY – DGADM/CGJ
MARISE CARDOSO BOTTO – DGADM/CGJ
BRUNO SAINT´CLAIR OLIVEIRA DE ANDRADE – DGADM/CCJ – DGADM/CGJ
RAQUEL ROCHA DE OLIVEIRA – ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO/CGJ

DIRETORIAS GERAIS

DIRETORIA-GERAL DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - DGDIN
JOÃO FERNANDO DE OLIVEIRA COELHO

DIRETORIA-GERAL DE ENGENHARIA - DGENG
NILTON BENEVIDES SANT'ANNA

DIRETORIA-GERAL DE LOGÍSTICA - DGLOG
FRANCISCO MARCOS MOTTA BUDAL

DIRETORIA-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS - DGPES
GABRIEL DE ALBUQUERQUE PINTO

DIRETORIA-GERAL DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL - DGSEI
FRANCISCO COSTA MATIAS DE CARVALHO

DIRETORIA-GERAL DE CONTROLE INTERNO - DGCOI
ANDRÉA ANDRADE DE SOUZA E SILVA

DIRETORIA-GERAL DE COMUNICAÇÃO E DE DIFUSÃO DO CONHECIMENTO - DGCON
JOEL RUFINO

DIRETORIA-GERAL DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS - DGPCF
ANDRÉ LUIZ SABOYA

DIRETORIA-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - DGTEC
MAURÍCIO REBOUÇAS FREIRE DOS SANTOS

DIRETORIA-GERAL DE APOIO AOS ÓRGÃOS JURISDICIONAIS- DGJUR
ALESSANDRA FABRÍCIO ANÁTOCLES DA SILVA

Índice

| | |
|--|-------|
| Tabela de Siglas..... | 5/6 |
| Índice de Tabelas..... | 7 |
| Índice de Figuras..... | 8 |
| Introdução..... | 9/14 |
| Metodologia de Elaboração do PLS | 15/16 |
| Monitoramento do PLS | 19/21 |
| Localização das Unidades Sócio Ambientais do PJERJ no Organograma Geral..... | 22 |
| Ato Executivo nº 108/2015, que instituiu a Comissão de Políticas Institucionais para Promoção da Sustentabilidade – COSUS..... | 23/25 |
| Artigos 10/11 e 17/19 do Anexo XLIII da Resolução TJ/OE 17/2014 – Atribuições DEAPE/DIGAM..... | 26/28 |
| 1 Projeto do Plano de Logística Sustentável do PJERJ..... | 29 |
| 1.1 Eixo I - Projeto de Uso Racional dos Recursos Naturais..... | 29/30 |
| 1.1.1 GT: Energia Elétrica..... | 30/34 |
| 1.1.2 GT: Água e Esgoto..... | 35/39 |
| 1.1.3 GT: Papel, Cartucho/Tonner..... | 40/44 |
| 1.1.4 GT: Combustíveis e Óleos Lubrificantes..... | 45/47 |
| 1.2 Eixo II - Projeto de Gestão Adequada dos Resíduos Sólidos..... | 49 |
| 1.2.1 GT: PGRS Complexo do Foro Central e Pça da Bandeira e outras instalações..... | 49/59 |
| 1.3 Eixo III - Projeto de Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho..... | 61 |

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - PJERJ
Plano de Logística Sustentável - PLS

| | |
|--|---------|
| 1.3.1 GT: Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho..... | 61/74 |
| 1.4 Eixo IV - Projetos de Educação/Comunicação/Sensibilização Ambiental .. | 75 |
| 1.4.1 GT: Educação e Sensibilização..... | 75/88 |
| 1.5 Eixo V - Projeto de Licitações Sustentáveis..... | 89 |
| 1.6 Eixo VI - Projeto de Construções Sustentáveis..... | 89/97 |
| 1.6.1 GT: Construções Sustentáveis..... | 99/103 |
| 1.7 Eixo VII - Projeto Responsabilidade Social..... | 105/116 |

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - PJERJ
Plano de Logística Sustentável - PLS

Tabela de Siglas

| | |
|---------|--|
| PLS | Plano de Logística Sustentável |
| PJERJ | Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro |
| CGJ | Corregedoria Geral de Justiça |
| COSUS | Comissão de Políticas Institucionais para Promoção da Sustentabilidade |
| A3P | Agenda Ambiental da Administração Pública |
| PGR | Plano de Gerenciamento de Resíduos |
| PGRS | Plano de Gerenciamento de Resíduo Sólido |
| RPS | Representante das Diretorias Gerais no PLS |
| GABPRES | Gabinete da Presidência |
| DEAPE | Departamento de Ações Pró-Sustentabilidade |
| DIGAM | Divisão de Gestão Ambiental |
| DGLOG | Diretoria-Geral de Logística |
| DELFA | Departamento de Licitações e Formalização de Ajustes |
| DEPAM | Departamento de Patrimônio e Material |
| DEIOP | Departamento de Infraestrutura Operacional |
| DECAN | Departamento de Contratos e Atos Negociais |
| DETRA | Departamento de Transportes |
| DIFRO | Divisão de Gestão de Frotas |
| DITRA | Divisão de Infraestrutura de Transportes |
| DGPES | Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas |
| DEDEP | Departamento de Desenvolvimento de Pessoas |
| DESAU | Departamento de Saúde |
| DGENG | Diretoria-Geral de Engenharia |
| DEPLA | Departamento de Planejamento de Obras |
| DEMAN | Departamento de Manutenção |
| DEFOB | Departamento de Fiscalização de Obras |
| DGTEC | Diretoria-Geral de Tecnologia da Informação |
| DEATE | Departamento de Suporte e Atendimento |

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - PJERJ
Plano de Logística Sustentável - PLS

| | |
|--------|---|
| DIAPA | Divisão de Aplicativos de Apoio |
| DIETI | Divisão de Equipamentos de Tecnologia da Informação |
| DGSEI | Diretoria Geral de Segurança Institucional |
| DGCOM | Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento |
| DGADM | Diretoria Geral de Administração da Corregedoria Geral de Justiça |
| ASSCOM | Assessoria de Comunicação da Corregedoria |
| DGDIN | Diretoria Geral de Desenvolvimento Institucional |
| DGPCF | Diretoria Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças |
| DGCOI | Diretoria Geral de Controle Interno |

Índice de Tabelas

| | |
|---|---------|
| 1 Projeto de Uso Racional dos Recursos Naturais | |
| 1.1.1 GT: Energia Elétrica | 28/30 |
| 1.1.2 GT: Água e Esgoto | 34/36 |
| 1.1.3 GT: Papel, Cartucho/Tonner | 39/41 |
| 1.1.4 GT: Combustíveis e Óleos Lubrificantes..... | 42 |
| 2 Projeto de Gestão Adequada dos Resíduos Sólidos | |
| 1.2.1 GT: PGRS Complexo do Foro Central e Pça da Bandeira e outras instalações | 49/52 |
| 3 Projeto de Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho | |
| 1.3.1 GT: Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho | 64/70 |
| 4 Projeto de Educação/Comunicação/Sensibilização Ambiental | |
| 1.4.1 GT: Educação e Sensibilização..... | 80/83 |
| 5 Projeto de Licitações Sustentáveis | |
| 1.5.1 GT: Licitações Sustentáveis | 88/93 |
| 6 Projeto de Construções Sustentáveis | |
| 1.6.1 GT: Construções Sustentáveis | 97/99 |
| 7 Projeto Responsabilidade Social..... | 109/112 |

Índice de Figuras

| | |
|---|----|
| 1 Organograma das Unidades Sócio Ambientais do PJERJ..... | 18 |
| 2 Mapa do Estado do Rio de Janeiro | 55 |

Introdução

A estrutura organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro compreende, em números redondos, 800 órgãos jurisdicionais (os que prestam a jurisdição de primeiro e segundo graus) e 700 unidades administrativas (as que cuidam das atividades de apoio logístico e financeiro em geral), distribuídos pelas 82 Comarcas do Estado, ocupando 154 imóveis, nos quais circulam, diariamente, em caráter permanente, 800 magistrados, 16 mil servidores, cinco mil empregados de empresas terceirizadas, além de um contingente flutuante de membros do Ministério Público, advogados, procuradores estatais, defensores públicos e demais protagonistas dos processos judiciais (partes, testemunhas, peritos, entre outros auxiliares da justiça). Trata-se do segundo maior tribunal de justiça do país, em termos de dimensão física e volume de processos (mais de dois milhões de ações novas distribuídas e outro tanto julgadas, a cada ano, do que resulta um acervo de processos em curso no total, por ora, em torno de dez milhões).

Tal cenário organizacional levou a administração judiciária estadual, em 2010, a aderir a convênio - já renovado até 2018 - proposto pelo Ministério do Meio Ambiente que instituiu a chamada Agenda Ambiental da Administração Pública brasileira.

A A3P é uma agenda pioneira e um marco indutor das ações de sustentabilidade nas instituições públicas. Parte do princípio de que a administração pública deve dar o exemplo na mudança dos padrões de produção e consumo. As diretrizes da A3P se fundamentam nas recomendações do Capítulo IV da Agenda 21, das Nações Unidas, que indica aos países o “estabelecimento de programas voltados ao exame dos padrões insustentáveis de produção e consumo e o desenvolvimento de políticas e estratégias nacionais de estímulo a mudanças nos padrões insustentáveis de consumo”; no Princípio 8º da Declaração do Rio/92, que afirma que “os Estados devem reduzir e eliminar padrões insustentáveis de produção e consumo e promover políticas demográficas adequadas” e, ainda, na Declaração de Johannesburgo, que institui a “adoção do consumo sustentável como princípio basilar do desenvolvimento sustentável”.

Das proposições da A3P, a que, fundadas no art. 225 da Constituição Federal, se somam normas legislativas, bem como diretrizes e orientações expedidas por entidades especializadas, notadamente, no âmbito judiciário, o Conselho Nacional de Justiça, é possível extraírem-se os eixos temáticos que balizam a concepção de políticas, objetivos e metas de sustentabilidade, tal como adotados pelo Judiciário fluminense, por inspiração de seu órgão formulador (Comissão de Políticas Institucionais

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - PJERJ

Plano de Logística Sustentável - PLS

para a Promoção da Sustentabilidade – COSUS) e sob a gestão de duas unidades operacionais, vinculadas à Presidência do Tribunal (Departamento de Ações Pró- Sustentabilidade e Divisão de Gestão Ambiental).

Esse conjunto de princípios, normas, regras e recomendações induz a classificação das ações de sustentabilidade, no âmbito interno da organização judiciária fluminense, em seis eixos temáticos, que aglutinam órgãos, unidades e agentes, com atribuições e competências afins, para a realização de tarefas integradas em todos os níveis e escalões dos órgãos jurisdicionais e unidades administrativas, a saber: (i) uso racional dos recursos naturais e bens públicos; (ii) gerenciamento de resíduos; (iii) educação e sensibilização ambientais; (iv) qualidade de vida no ambiente laboral; (v) licitações sustentáveis; (vi) contratações sustentáveis.

As sessões mensais da COSUS desenvolvem-se segundo esses eixos temáticos, cujos agentes responsáveis mantêm a Comissão atualizada sobre as ações e os resultados obtidos, dela colhendo, em resposta, análises colegiadas, decorrentes de debates interdisciplinares, lançadas em atas que constituem documentos tanto orientadores do prosseguimento dos trabalhos quanto indutores da formação progressiva de uma cultura gerencial comprometida com a sustentabilidade.

1 – O eixo do uso racional dos recursos naturais e bens públicos

Como medida pertinente ao eixo de racionalização dos recursos naturais e ao uso de bens públicos, a Presidência do Tribunal editou, acolhendo proposta da COSUS, o Ato nº 12/2014, que estabeleceu a padronização de impressão mediante o uso preferencial da Fonte Ecológica Spranq (ECOFONT), que enseja até 25% de economia de tinta na impressão de documentos que, dada a sua natureza, não possam ser apenas virtuais.

2 – O eixo do gerenciamento de resíduos

Considerada a índole essencialmente técnica da matéria, o Judiciário fluminense conveniou com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ, aos 21 de novembro de 2013, parceria de cooperação técnica e científica para a elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos do PJERJ, abrangente do Complexo do Fórum Central e do depósito localizado na Praça da Bandeira. Elaborada pelo Instituto de Química daquela Universidade, após visitas às instalações e fontes geradoras das toneladas de resíduos decorrentes das atividades judiciárias. Em janeiro de 2015, foi aprovado o texto da versão definitiva do Plano de Gerenciamento de Resíduos, consagrando as soluções gerenciais que serão implementadas para todo o ciclo da gestão dos resíduos sólidos, incluindo coleta, separação, transporte e destinação. Ressalta-se que o Projeto Estratégico nº 35 logrou 100% com a aprovação dessa versão final.

3 – O eixo da educação e sensibilização ambientais

Palestras, cursos, exibição de filmes comentados e outras iniciativas do gênero podem vir a sensibilizar os servidores, com o objetivo de

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - PJERJ Plano de Logística Sustentável - PLS

despertar a responsabilidade socioambiental individual e coletiva, bem como de capacitá-los para práticas administrativas sustentáveis.

Nos três últimos anos, ações desse teor foram deflagradas: o sistema interno de som do complexo do fórum central da Capital veiculou mensagens ambientais que orientam, por meio de ilustrações práticas, como economizar água e energia elétrica; alcançaram as vinte mil pessoas que, diariamente, aguardam, nos corredores daquele fórum, as audiências ou circulam pelo prédio, bem assim os serventuários e auxiliares que trabalham no complexo; também o sítio eletrônico do Tribunal dissemina mensagens ambientais periódicas; realizaram-se, com apoio da Universidade Federal Fluminense – UFF, através do Latec, cursos de formação de agentes e monitores ambientais, bem como de capacitação para o preparo e condução de procedimentos licitatórios com observância de requisitos de sustentabilidade; sessões de cinema exibiram filmes acerca de saneamento, resíduos, consumo, gestão e mudanças climáticas; os novos servidores do Judiciário, aprovados em concursos públicos, são recepcionados pelo programa de integração funcional, em cujo temário se insere matéria ambiental nas matrizes de competência; o sítio eletrônico do Tribunal permite acesso ao *clipping* produzido pelo Ministério do Meio Ambiente, onde se sintetiza o noticiário ambiental divulgado na mídia nacional, e se dá acesso à legislação ambiental através do Banco do conhecimento ambiental.

Servidores treinados vêm impulsionando a execução dos convênios de cooperação ambiental: (a) com a ELETROBRAS, referente ao processo de etiquetagem (ENCE) PROCEL EDIFICA–Inmetro; (b) com a UERJ, almejando a elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos; (c) com a SEPLAG - Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado, facultando o acesso ao Sistema de Gestão de Gastos, do Governo do Estado do Rio de Janeiro (d) com a AMPLA, para o estabelecimento de condições técnicas e financeiras de implementação de eficiência energética em unidades consumidoras situadas nas regiões servidas pela concessionária; (e) com a SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE, objetivando promover a integração institucional na execução de atividades de cooperação e assessoria técnica em gestão ambiental.

A cada ano, são promovidos eventos comemorativos do dia mundial do meio ambiente e outras datas significativas, tais como:

- criação de um novo *layout* do sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, desde 2011.
- ciclos de palestras sobre:
 - “Judiciário Sustentável e A3P”.
 - “Protocolo de Quioto: resultados e preparativos para sua substituição – o que esperar do futuro das mudanças climáticas e suas repercussões na gestão pública”.
 - “Crise hídrica: origem, conflitos potenciais e perspectivas”
 - “Crise hídrica e atuação do Poder Público”.

4 – O eixo da qualidade de vida no ambiente laboral

Importa à sustentabilidade a melhoria da qualidade do ambiente de trabalho, onde o servidor exerce suas atividades e passa a maior parte de sua vida profissional ativa, por isto que o conceito abarca aspectos físicos, ambientais e psicológicos.

Em agosto e setembro de 2012, realizou-se o primeiro curso de noções de ergonomia, com a participação de serventuários de diversos setores e do qual resultou a criação, em outubro daquele ano, do Grupo de Trabalho em Ergonomia, que realiza reuniões mensais, com elaboração de folder e cartilha virtual com noções de ergonomia para os serventuários.

Seguiram-se visitas a serventias judiciárias, para análise e diagnóstico dos riscos ergonômicos, tendo em vista a implantação do processo judicial eletrônico, entre 2012 e 2013.

5 – o eixo das licitações sustentáveis

O Ato Normativo nº 06, de 2014, da Presidência do Tribunal, consolidou a estrutura básica padronizada de atos convocatórios e de termos de contrato, que deverá ser observada nas licitações e contratações do Tribunal de Justiça, incluindo requisitos expressos de sustentabilidade, sem embargo das adaptações que se mostrarem necessárias em cada caso, e atendendo às normas estabelecidas na Resolução nº 114, de 2010, do Conselho Nacional de Justiça (anexo I).

O Ato Executivo nº 5.298, de 2013, aprovou o Guia Verde, contendo as especificações dos produtos mais frequentemente adquiridos pela administração judiciária, com base em normas técnicas expedidas pelas entidades credenciadas competentes, tais como INMETRO, ABNT, CONAMA (anexo II).

Aos 10 de setembro de 2014, entrou em vigor, aprovados pela Presidência do Tribunal, o Manual de Gestão de Contratos e as Rotinas Administrativas de nº 5 e 41, definidoras dos processos de trabalho que integram o ciclo das contratações de compras, obras e serviços em geral e, especificamente, de bens e produtos de informática, todos com expressas orientações acerca dos requisitos de sustentabilidade que se devem levar em conta nas fases interna e externa do processo de contratação, com ou sem licitação, bem como os fluxos de procedimentos discriminados em 39 formulários padronizados, conjunto esse resultante do consenso obtido após ano e meio de debates entre diretorias, gestores e fiscais de execução de contratos.

6 – construções sustentáveis

Nos projetos de reforma ou de edificação de prédios do Judiciário fluminense ingressaram preocupações objetivas com eficiência energética, utilização de materiais de mínimo impacto ambiental e processos

construtivos redutores desses impactos.

O Poder Judiciário fluminense conveniou com a Eletrobrás, aos 07 de dezembro de 2012, projeto destinado a promover, com base no Plano Nacional de Eficiência Energética-PNEf, o processo de etiquetagem PROCEL EDIFICA-Inmetro, tendo como edificação piloto o prédio do fórum novo de Niterói, a irradiar, oportunamente, o mesmo processo aos demais prédios em obras ou a edificar.

Desde então, os projetos básicos de edificação de novos fóruns e de reforma dos prédios existentes passaram a incluir, como itens obrigatórios de critérios técnicos, os de eficiência energética (cobertura verde, vidros especiais, ar condicionado central com distribuição setorizada, elevadores inteligentes, instalações e equipamentos adequados à racionalização do uso das águas, aquecimento solar, equipamentos de alto desempenho, valorização da iluminação natural, uso de tintas à base de água e de materiais de acabamento com baixa volatilidade, uso de madeira certificada e de pisos permeáveis etc.), canteiros de obras com baixo impacto ambiental, controle adequado de resíduos e bicicletário, entre outras soluções de sustentabilidade.

Ditos critérios foram incorporados aos projetos de reformas e edificação dos prédios dos fóruns de Alcântara, Itaboraí, Mesquita, Nilópolis, Rio Bonito, Teresópolis, Rio das Ostras e Lâmina III do Fórum Central, nos quais foram instalados teto verde e área para segregação de resíduos, entre janeiro de 2013 e julho de 2014.

Em resumo 11 prédios do PJERJ já possuem teto verde, 7 fóruns possuem painéis solares, bem como 19 prédios, incluindo as Lâminas III e o prédio anexo da Comarca da Capital, possuem sistema de reuso das águas pluviais.

7 – Responsabilidade Social

A responsabilidade socioambiental é conceito segundo o qual as instituições decidem contribuir para uma sociedade mais justa e solidária.

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro adiciona, ao discurso ético-jurídico, o reconhecimento de que a vida em comunidade a todos impõe, como indivíduos e grupos, deveres de colaboração e solidariedade: a incorporação à ética dos direitos a ética dos deveres, fusão que supera a dimensão da missão institucional estrita para agregar, ao seu cotidiano, valores sociais e ambientais.

Nesta ótica, a Administração Judiciária criou, em 2005, o Departamento de Ações Pró-Sustentabilidade (DEAPE), pela Resolução TJ/OE nº 6/2005, estruturado pela Resolução TJ/OE nº 38/2010. Incumbe ao DEAPE propor, acompanhar e avaliar projetos socioambientais no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - PJERJ Plano de Logística Sustentável - PLS

As atribuições do DEAPE estão pautadas na Constituição Federal de 1988, art. 3º, que determina os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I) construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II) garantir o desenvolvimento nacional;
- III) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV) promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

O Judiciário Fluminense recebeu, do Ministério do Meio Ambiente, o selo A3P: o Verde, em 2014, em razão do empenho na implementação da Agenda por meio da adesão formal ao Programa; em 2015, o Prata, entregue pela Ministra do Meio Ambiente, em 01 de junho de 2015, ao Presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, para atestar o empenho do judiciário estadual na entrega do Relatório Anual de implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública, tal como previsto no Termo de Adesão.

Naquela mesma data, a Ministra Izabella Teixeira assinou protocolo de intenções entre a União, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente, e o TJRJ, com o objetivo de promover a integração institucional para execução de atividades de cooperação e assessoria técnica em gestão ambiental, bem como lançou oficialmente a Rede Rio de Sustentabilidade, sob a coordenação geral do Tribunal de Justiça e conclamando à participação de todos os órgãos e entidades da Administração federal, estadual e municipal sediados no Estado do Rio de Janeiro.

Duas lições desde logo se insinuam: 1ª, a pergunta inteligente não é a que indaga qual o custo da sustentabilidade, mas, sim, qual o custo de ignorá-la; 2ª, a de que, ao contrário do que imaginavam os economistas clássicos, não é a oferta que produz a demanda, porém esta é que condiciona aquela. As respostas a essas inquietações, quase nunca prontas ou em elaboração, estão, literalmente, a mudar a face do planeta, para o bem ou para o mal. O Judiciário fluminense está a cumprir a parte que lhe cabe.

Metodologia da Elaboração do PLS

A Resolução nº 201, do CNJ, de 03 de março de 2015, dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e determina a elaboração e implantação do PLS-PJ (Plano de Logística Sustentável – Poder Judiciário), fixando prazos para criação das unidades e para sua concretização do Plano de Logística sustentável.

O Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro atende, desde 2010, às determinações dos artigos 1º e 12 da mencionada Resolução, referentes à criação de Comissão e de Unidade Sócio Ambiental, que integram a estrutura do TJRJ desde o Ato Executivo nº 108, de 2015, e da Resolução TJ/OE/RJ nº 17/2014, acostados a seguir, que intuíram a Comissão de Políticas Institucionais para Promoção da Sustentabilidade, o Departamento de Ações Pró-Sustentabilidade e a Divisão de Gestão Ambiental.

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro estabeleceu uma metodologia para a elaboração do referido Plano.

A Comissão de Políticas Institucionais para Promoção da Sustentabilidade – COSUS, em reunião de 07.05.15, analisou a Resolução nº 201 e destacou a necessidade do envolvimento dos órgãos pertinentes na elaboração do Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário.

Segue a metodologia de trabalho proposta pelo DEAPE/DIGAM e aprovada pela COSUS:

- sugestão de iniciativas, tendo em vista o conteúdo mínimo sugerido na Resolução nº 201;
- formação de comitês temáticos (CT), integrados por servidores de formações profissionais diferentes e de atuação em diversas áreas do PJERJ;
- designação, para cada comitê, de coordenadores e de subcoordenadores, bem como de representantes do Gabinete da Presidência, da Corregedoria Geral de Justiça e do DEAPE/DIGAM;
- desdobramento dos CTs em grupos de trabalho (GTs), para tratar de temas específicos;
- nomeação de participantes para compor cada CT/GT, baseada na dinâmica já adotada na A3P, responsáveis pela coordenação dos eixos temáticos em suas áreas de atuação;
- apresentação do coordenador de cada eixo temático, em reunião da COSUS, da versão intermediária, conforme modelo adotado, contendo: objetivo, iniciativa, fundamento, indicador,

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - PJERJ Plano de Logística Sustentável - PLS

ações, unidade responsável, data início, data fim, recursos necessários, riscos e meta geral;

- entrega da versão definitiva;
- consolidação realizada pelo DEAPE/DIGAM dos trabalhos encaminhados por cada CT;
- elaboração de minuta do PLS-TJRJ;
- avaliação e finalização pelo Presidente da COSUS;
- encaminhamento da minuta do PLS-TJRJ, pelo Presidente da COSUS, para apresentação / apreciação da Alta Administração.

Em 21 de maio, o DEAPE/DIGAM se reuniu com os coordenadores e subcoordenadores dos comitês para extrair a indicação dos servidores que integrariam os Grupos de Trabalho e para entregar o modelo de relatório, estruturado, a ser adotado por todos.

Em nova reunião da COSUS, no dia 09 de junho, foram indicados os nomes para compor os GTs, além de confirmadas as primeiras propostas de iniciativas referentes a cada eixo temático.

Conforme definido na metodologia de trabalho, a reunião da COSUS foi precedida de reuniões dos comitês temáticos, coordenadas pelo DEAPE/DIGAM.

Em 07 de julho, em reunião da COSUS, foi apresentada pelos coordenadores e subcoordenadores dos CTs e submetida à apreciação do Colegiado uma versão intermediária, fixado prazo até 31 de julho para o encaminhamento da versão definitiva.

Paralelamente à elaboração do Plano houve três encontros de capacitação com o intuito de oferecer embasamento aos integrantes dos Comitês Temáticos, a saber:

- na Semana do Meio Ambiente, dias 1º e 2 de junho, ocorreu o Curso Especial da A3P para Elaboração de Plano de Logística Sustentável, ministrado por gerente do Ministério do Meio Ambiente do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P, com a participação de servidores do PJERJ e de vários outros órgãos do Estado;
- no dia 06 de julho, houve palestra sobre Compras Compartilhadas, ministrada pelo Secretário de Administração do Ministério Público Federal;
- nos dias 14 e 15 de julho, houve o II Curso Especial da A3P para Elaboração de Plano de Logística Sustentável, ministrado pela gerente do Ministério do Meio Ambiente do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P.

Ao final da elaboração do PLS do TJERJ obteve-se o total de 56 (cinquenta e seis) iniciativas propostas, desdobradas em 215 (duzentas e quinze) ações e medidas por 81 (oitenta e um) indicadores, a serem

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - PJERJ
Plano de Logística Sustentável - PLS

implementadas entre 2015 e 2020.

| | <u>Iniciativas</u> | <u>Ações</u> | <u>Indicadores</u> |
|--|--------------------|--------------|--------------------|
| <u>Eixo 1</u> <u>(Uso Racional dos Recursos naturais)</u> | <u>14</u> | <u>50</u> | <u>15</u> |
| <u>Eixos 2</u> <u>(Gestão de Resíduos)</u> | <u>8</u> | <u>42</u> | <u>8</u> |
| <u>Eixo 3</u> <u>(Qualidade de Vida)</u> | <u>14</u> | <u>19</u> | <u>18</u> |
| <u>Eixo 4</u> <u>(Sensibilização e Capacitação)</u> | <u>5</u> | <u>22</u> | <u>22</u> |
| <u>Eixo 5</u> <u>(Licitações Sustentáveis)</u> | <u>7</u> | <u>35</u> | <u>7</u> |
| <u>Eixo 6</u> <u>(Construções Sustentáveis)</u> | <u>3</u> | <u>10</u> | <u>3</u> |
| <u>Eixo 7</u> <u>(Responsabilidade Social)</u> | <u>5</u> | <u>37</u> | <u>8</u> |
| <u>TOTAL</u> | <u>56</u> | <u>215</u> | <u>81</u> |

Monitoramento do PLS

O DEAPE/DIGAM será responsável pelo monitoramento geral dos indicadores do PLS-TJERJ, com base dos relatórios mensais encaminhados pelas respectivas Diretorias Gerais responsáveis pelas iniciativas propostas, até o dia 10 de cada mês. Esses relatórios deverão conter a consolidação dos resultados alcançados, a evolução do desempenho dos indicadores e a identificação das ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente.

O DEAPE/DIGAM subsidiará a COSUS com as informações referentes ao desempenho dos indicadores do PLS, a fim de elaborar o relatório final de desempenho a cada ano.

Cronograma de Monitoramento do PLS

| Ações | Responsável | Prazo |
|---|--------------------|--------------|
| Criação de modelo de ficha de indicador | DEAPE/DIGAM | 25/8/2015 |
| Validação do modelo de ficha de indicador | COSUS | 27/08/2015 |
| Divulgação do cronograma de monitoramento do PLS | DEAPE/DIGAM | 27/08/2015 |
| Designação dos nomes dos Representantes das Diretorias Gerais no PLS (RPs) | COSUS | 27/08/2015 |
| Realização de reuniões para detalhamento e estabelecimento de cronograma de recebimento | DEAPE/DIGAM | 01/09/2015 |

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - PJERJ
Plano de Logística Sustentável - PLS

| | | |
|---|---|--------------------------|
| dos planos de ação pelas unidades responsáveis | | |
| Prazo para os coordenadores indicarem os servidores responsáveis pelas ações previstas nas iniciativas do PLS | COORDENADORES DOS CTs | 03/09/2015 |
| Reunião entre os RPs e coordenadores do PLS e o DEAPE/DIGAM (nos dias 15 e 30 de cada mês, para acompanhar o monitoramento das ações) | DEAPE/DIGAM E COORDENADORES DOS CTs | 15/09/2015 30/09/2015 |
| Recebimento dos planos de ação encaminhados pelas unidades | DEAPE/DIGAM | 10/09/2015 |
| Encaminhamento dos planos de ação à COSUS | DEAPE/DIGAM | 17/09/2015 |
| Reunião da COSUS (no final de cada mês). | COSUS | 17/09/2015 |

OBSERVAÇÕES GERAIS

Os coordenadores dos Comitês Temáticos (CTs) serão responsáveis pelo cumprimento dos planos de ações propostas para a execução das iniciativas do PLS.

Os representantes do PLS das Diretorias Gerais acompanharão o plano de ação e os indicadores, contribuindo para viabilizar a execução das iniciativas propostas nos Eixos do PLS.

Modelo de Ficha de Indicadores

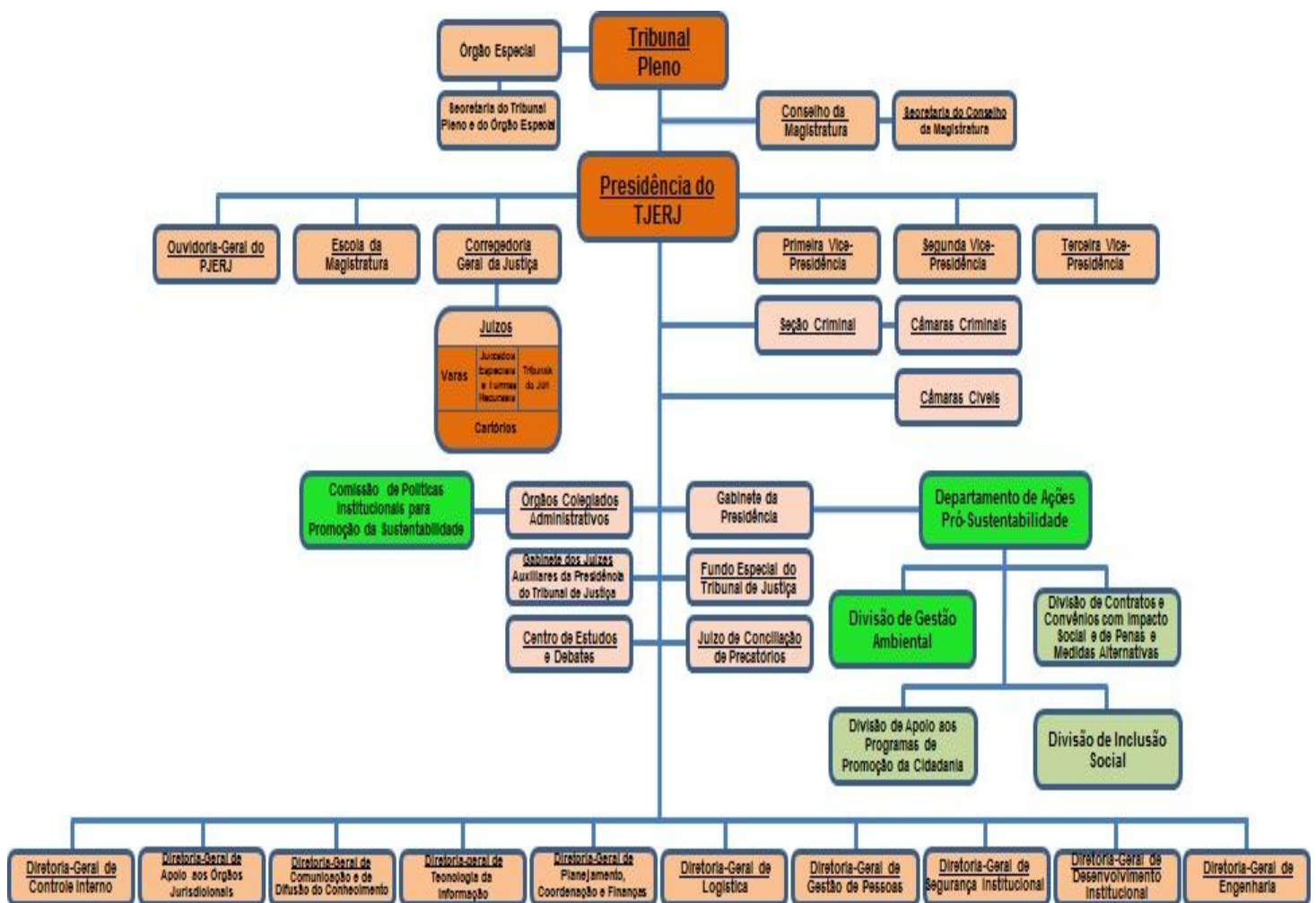
| | |
|----------------|---|
| Plano | Plano de Logística Sustentável - PLS |
| Eixo II | Gestão Adequada dos Resíduos Sólidos |

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - PJERJ
Plano de Logística Sustentável - PLS

| | | | | | | |
|--|---|----------------------------|--------------------|-----------------|-----------------|---------------|
| Iniciativa | Concluir PGR – Fórum Central e Depósito da Praça da Bandeira | | | | | |
| Indicador | Percentual de conclusão do Plano de Ação - Monitoramento Mensal | | | | | |
| Ações | Periodicidade de apuração | Unidade responsável | Data Início | Data Fim | Previsão | Status |
| 1.1 Elaborar minuta de ato para atender às demandas do PLS, designando gestores de resíduos pela Diretoria Geral. | | | | | | |
| 1.2 Analisar, aprovar e publicar ato para designar os gestores de resíduos pela Diretoria Geral. | | | | | | |
| 1.3 Identificar lacunas. | | | | | | |
| 1.4 Contactar as Unidades com responsabilidade operacional compartilhada, designação de representantes com base nas lacunas identificadas. | | | | | | |
| 1.5 Diagnosticar a situação atual do TJRJ. | | | | | | |
| 1.6 Definir matriz de responsabilidades | | | | | | |
| 1.7 Definir os procedimentos. | | | | | | |
| 1.8 Estudar viabilidade de área de armazenagem unificada. | | | | | | |
| 1.9 Avaliar a necessidade de ajustar procedimentos aos sistemas internos do PJERJ. | | | | | | |
| 1.10 Elaborar plano de ação para implementação do PGR. | | | | | | |

| Série histórica e evolução mensal | JAN | FEV | MAR | ABR | MAI | JUN | JUL | AGO | SET | OUT | NOV | DEZ | ANUAL |
|-----------------------------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-------|
| 2013 | | | | | | | | | | | | | |
| 2014 | | | | | | | | | | | | | |
| 2015 | | | | | | | | | | | | | |
| Evolução 2014/2013 | | | | | | | | | | | | | |
| Evolução 2015/2017 | | | | | | | | | | | | | |

LOCALIZAÇÃO DAS UNIDADES SÓCIO AMBIENTAIS DO PJERJ NO ORGANOGRAMA GERAL



ATO EXECUTIVO nº 108/2015

Altera o Ato Executivo nº 1.299/2013 e designa membros para a Comissão de Políticas Institucionais para Promoção da Sustentabilidade (COSUS) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Desembargador LUIZ FERNANDO RIBEIRO DE CARVALHO, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto no art. 17, inciso XXIV, da Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro (LODJ); CONSIDERANDO que o art. 225 da CF/1988 impõe aos poderes públicos o dever jurídico de assegurar o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, objeto, a seguir, de numerosa legislação extravagante; CONSIDERANDO as normas legais e regulamentos que definem a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia, a Política Nacional de Recursos Hídricos, a Política Nacional de Resíduos Sólidos, o Plano Nacional de Educação Ambiental, a Política Estadual sobre Mudança Global do Clima e Desenvolvimento Sustentável, entre outros programas e políticas públicas cogentes; CONSIDERANDO a Recomendação nº 11, do Conselho Nacional de Justiça, que trata da proteção e preservação ambiental com foco em planejamento, elaboração e acompanhamento de medidas e o cumprimento das metas ambientais que explicita para o CONSIDERANDO a Resolução nº 201, de 03/03/2015, do CNJ, que dispõe sobre a criação e competências de unidades ou núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e implantação do respectivo Plano de Logística Sustentável (PLS-PJ);

RESOLVE:

Art. 1º Designar, os seguintes membros, para compor a Comissão de Políticas Institucionais para Promoção da Sustentabilidade – COSUS, órgão colegiado administrativo de assessoria, auxílio e apoio ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, instituída pelo Ato Executivo nº 1299/2013:

- I. Desembargador JESSÉ TORRES PEREIRA JUNIOR, que a presidirá;
- II. Juíza de Direito MARIA TERESA PONTES GAZINEU;
- III. Juíza de Direito ADMARA FALANTE SCHNEIDER;
- IV. Senhora ROSILÉA DI MASI PALHEIRO, do Departamento de Ações Pró-Sustentabilidade;
- V. Senhora ANDRÉA CRISTIANE SALES MOREIRA, do Departamento de Ações Pró-Sustentabilidade;
- VI. Senhora CLÁUDIA DE SÁ CARDOSO SCHKRAB, do Departamento de Ações Pró-Sustentabilidade;
- VII. Senhor CARLOS HENRIQUE POUBEL FERRARI, do Departamento de Saúde.

Parágrafo único. Terão assento na COSUS, como Servidores Assistentes, podendo participar das reuniões e sessões com direito a voto:

- I. Senhor ERICK ROBERTO HUGUENIN DA SILVEIRA GOMES, da Diretoria-Geral de Logística;
- II. Senhora FABIANA DUARTE FERREIRA, da Diretoria-Geral de Logística;
- III. Senhora CARLA CORTES D'AGUIAR, da Diretoria-Geral de Logística;

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - PJERJ
Plano de Logística Sustentável - PLS

- IV. Senhor JOEL BELTRÃO JARQUE, da Diretoria-Geral de Logística;
- V. Senhor LEONARDO SCHMIDT KASSUGA, da Diretoria-Geral de Tecnologia da Informação;
- VI. Senhor FERNANDO DE MENEZES DA GAMA MALCHER, da Diretoria-Geral de Engenharia;
- VII - Senhor ANTONIO CARLOS PEREIRA ALVES, da Diretoria- Geral de Engenharia;
- VIII – Senhor CLAUDIO ALMEIDA, da Diretoria- Geral de Engenharia;
- IX. Senhor CARLOS GUILHERME GUIMARÃES BON, da Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas;
- X- Senhor WALTER GRYNSZPAN, da Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas;
- XI - Senhora IVANY TEREZINHA ROCHA YPARRAGUIRRE, do Departamento de Saúde;
- XII - Senhora DENISE PIRES COELHO REIS, da Corregedoria- Geral de Justiça;
- XIII - Senhora FÁTIMA DOS SANTOS PIRES, da Corregedoria-Geral de Justiça.

Art. 2º A COSUS terá por atribuições, dentre outras:

- I. propor diretrizes e prioridades de política judiciária de sustentabilidade;
- II. propor medidas e emitir pareceres concernentes a:
 - a) uso racional de recursos naturais e dos bens públicos empenhados na execução das atividades judiciárias;
 - b) gestão adequada de resíduos (sólidos, de serviço de saúde e de construção civil), efluentes e emissões, gerados nas atividades do judiciário fluminense;
 - c) educação, comunicação e sensibilização de magistrados, servidores, colaboradores e público externo, em matéria de sustentabilidade;
 - d) saúde, segurança e acessibilidade que proporcionem qualidade de vida no ambiente do Judiciário fluminense;
 - e) critérios e requisitos de sustentabilidade a serem introduzidos em minutas padronizadas de editais de licitações e de termos de contrato de compras, obras, serviços e alienações;
 - f) sistema de indicadores de sustentabilidade, a partir do diagnóstico dos impactos causados pela atividade jurisdicional;
 - g) aplicação do sistema 5R (reduzir, repensar, reaproveitar, reciclar e recusar o consumo de produtos que geram impactos socioambientais negativos);
 - h) parcerias institucionais que auxiliem na implementação de ações estratégicas sustentáveis;
 - i) introdução da variável ambiental no planejamento estratégico organizacional, identificando e propondo, quando pertinente, a reunião de esforços de grupos ou comissões afetos à sustentabilidade;
- III. requisitar servidores para auxiliar em atividades determinadas, com prazo previamente fixado, sem prejuízo de suas funções, observando-se o disposto no Ato Executivo nº 2.127/2013, publicado no DJERJ de 22.05.2013, quando de tratar de servidor da Corregedoria-Geral da Justiça.

Art. 3º A COSUS será organizada observando-se a Seção I – Das Disposições Gerais do Ato Normativo TJRJ nº 03/2013, e receberá apoio administrativo do Departamento de Apoio dos Órgãos Colegiados Administrativos – DEACO, e

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - PJERJ
Plano de Logística Sustentável - PLS

técnico e operacional das Diretorias Gerais competentes, subordinadas à Presidência.

Art. 4º Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2015.

Desembargador LUIZ FERNANDO RIBEIRO DE CARVALHO
Presidente

ANEXO XLIII

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

TÍTULO I

DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

CAPÍTULO I

DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SEÇÃO I

DO GABINETE DOS JUÍZES AUXILIARES DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SUBSEÇÃO I

DO DEPARTAMENTO DE AÇÕES PRÓ-SUSTENTABILIDADE

Art. 10. Cabe ao Departamento de Ações Pró-Sustentabilidade gerir, coordenar e supervisionar a implementação de ações pró-sustentabilidade nas áreas de acesso à justiça, de gestão ambiental e de promoção da cidadania, bem como fiscalizar os contratos e convênios com impacto social, cujo produto final seja compatível com as finalidades do Poder Judiciário e/ou às atividades de apoio à sua efetivação, incumbindo-lhe:

- a) assessorar a Administração Superior na formulação das diretrizes e estratégias da política de sustentabilidade, no âmbito da sua competência, visando à institucionalização, padronização e integração destes com as normas internas do Poder Judiciário Estadual;
- b) alinhar as ações pró-sustentabilidade com as diretrizes estratégicas do Poder Judiciário;
- c) adequar os programas socioambientais às políticas públicas federais e estaduais, através da articulação com órgãos públicos e da sociedade civil, em observância ao princípio da autonomia do Poder Judiciário e compatibilidade com sua missão institucional;
- d) elaborar, avaliar e controlar a execução dos programas socioambientais, estabelecendo os critérios, as rotinas administrativas e a periodicidade para realização desses procedimentos, com base em análise de impacto e gerenciamento de riscos;
- e) gerenciar, coordenar e cadastrar os programas socioambientais nas áreas de apoio à prestação jurisdicional, de responsabilidade social, de gestão ambiental e relacionadas aos convênios de cunho social;
- f) avaliar os pedidos de ações, campanhas, eventos e projetos de cunho socioambiental encaminhados pelas unidades organizacionais, observando a conveniência, viabilidade e oportunidade de execução;
- g) promover a capacitação e disseminação dos conhecimentos necessários ao planejamento, gerenciamento, implantação e operacionalização dos programas socioambientais;
- h) indicar servidor de seu quadro para exercer a fiscalização dos contratos e convênios com repasse de verba em que o Departamento atue como órgão interessado;
- i) interagir com as unidades organizacionais de outros setores, nas atividades que envolvam ações integradas e/ou complementares;
- j) instituir a agenda ambiental do PJERJ, coordenando a comissão multisetorial responsável pela implantação, acompanhamento, fiscalização e avaliação dos programas de melhoria e preservação e do meio ambiente;

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - PJERJ
Plano de Logística Sustentável - PLS

- k) coordenar programas socioambientais de apoio às atividades jurisdicionais;
- l) zelar pela guarda e conservação dos bens permanentes localizados no Departamento e promover o inventário anual.

Art. 11. O Departamento de Ações Pró-Sustentabilidade compreende as seguintes Unidades:

- I - Serviço de Suporte Administrativo;
- II - Serviço de Análise dos Resultados das Ações Pró-Sustentabilidade;
- III - Divisão de Apoio aos Programas de Promoção da Cidadania;
- IV - Divisão de Gestão Ambiental;
- V - Divisão de Contratos e Convênios com Impacto Social e de Penas e Medidas Alternativas;
- VI - Divisão de Inclusão Social.

§ 1.º São unidades da Divisão de Apoio aos Programas de Promoção da Cidadania:

- I - Serviço de Ações, Campanhas e Eventos de Cunho Social;
- II - Serviço de Ações Pró-Cidadania.

§ 2.º São unidades da Divisão de Gestão Ambiental:

- I - Serviço de Coordenação e Implementação de Ações e Eventos Ambientais;
- II - Serviço de Apoio e Monitoramento à Promoção da Sustentabilidade.

§ 3º São unidades da Divisão de Contratos e Convênios com Impacto Social e de Penas e Medidas Alternativas:

- I - Serviço de Monitoramento de Contratos e Convênios com Impacto Social;
- II - Serviço de Gerenciamento de Penas Pecuniárias.

§ 4.º É unidade da Divisão de Inclusão Social:

- I - Serviço de Monitoramento dos Programas de Inclusão Social.

Art. 17. Cabe à Divisão de Gestão Ambiental:

- a) propor, elaborar, coordenar e supervisionar os programas de gestão ambiental alinhados com as estratégias do PJERJ;
- b) contribuir para o alinhamento da gestão administrativa do PJERJ às políticas públicas e leis relacionadas ao meio ambiente, em observância aos prazos de implementação;
- c) incentivar ações de combate ao desperdício e a minimização de impactos ambientais, diretos e indiretos, gerados pela atividade jurisdicional;
- d) orientar e analisar os processos que tratam de questões ambientais;
- e) acompanhar e avaliar o cumprimento das metas da gestão ambiental para a promoção da sustentabilidade relativas à Agenda Ambiental da Administração Pública – A3P;
- f) acompanhar o cumprimento das ações para a promoção da sustentabilidade relativas à Comissão de Políticas Institucionais para Promoção da Sustentabilidade (COSUS);
- g) propor contratos e parcerias institucionais em matéria ambiental;
- h) formular, sistematizar e acompanhar os convênios/acordos de cooperação técnica vinculados aos programas de gestão ambiental;
- i) estabelecer indicadores e matrizes de avaliação dos programas de gestão ambiental;

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - PJERJ
Plano de Logística Sustentável - PLS

j) zelar pela guarda e conservação dos bens permanentes localizados na Divisão e promover o inventário anual.

Art. 18. O Serviço de Coordenação e Implementação de Ações e Eventos Ambientais, da Divisão de Gestão Ambiental, tem como atribuições:

- a) coordenar ações relativas à implementação da gestão ambiental no PJERJ;
- b) monitorar a implementação das ações decorrentes das sessões da COSUS;
- c) sistematizar bancos de dados com informações dos projetos relativos à Gestão Ambiental para Promoção da Sustentabilidade;
- d) monitorar o andamento das ações e metas relativas a A3P;
- e) acompanhar os projetos estratégicos orientados pelo Presidente da COSUS;
- f) pesquisar as “boas práticas” adotadas por outros órgãos públicos em matéria ambiental;
- g) emitir relatórios com avaliação quantitativa e qualitativa das ações e eventos ambientais coordenados pelo Serviço.

Art. 19. O Serviço de Apoio e Monitoramento à Promoção da Sustentabilidade, da Divisão de Gestão Ambiental, tem como atribuições:

- a) elaborar as pautas e atas relativas às reuniões da COSUS, em apoio à Divisão e ao DEAPE com a orientação da Presidência da COSUS;
- b) propor programas de sensibilização e disseminação de conhecimento relativos à matéria ambiental;
- c) instruir e dar andamento aos processos relativos às ações ambientais, emitindo relatórios, quando necessário;
- d) realizar pesquisas sobre legislação, normas e trabalhos técnico-científicos referentes à matéria ambiental em apoio ao DEAPE e à COSUS;
- e) realizar o controle e a organização das atividades administrativas, materiais e equipamentos referentes à Divisão;
- f) prestar auxílio na elaboração de minutas relativas aos processos, ofícios comunicados, expedientes, demais documentos e matérias pertinentes à Divisão;
- g) emitir relatórios com avaliação quantitativa e qualitativa das atividades de promoção da sustentabilidade monitoradas pelo Serviço.

EIXO TEMÁTICO I

USO RACIONAL DOS RECURSOS NATURAIS

PROJETO DO PRÉDIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE NITERÓI



Recebeu a Etiqueta “B” Procel Edifica
Eletrobrás/INMETRO

Eixo I - Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos

Comitê Temático (CT)

Coordenação: Fernando de Menezes da Gama Malcher

Subcoordenação: Joel Beltrão Jarque

Representantes da Presidência - DEAPE/DIGAM:

Rosilea Di Mais Palheiro

Andréa Sales Cristiane Moreira

Cláudia de Sá Cardoso Schkrab

Maria Teresa Guzzo Lia

Ana Paula de Souza Martins Carneiro

Representante da CGJ: Denise Pires Coelho Reis

Grupo de Trabalho (GT) 01 - Energia Elétrica

Integrantes:

1. Antônio Carlos Pereira Alves (DGENG)
2. Cláudio Almeida (DGENG)
3. Rita Cristina Ventura (DGENG)
4. Márcia Monteiro Barros Heffer da Costa (DGENG)
5. Ricardo Alves dos Reis (DGLOG)
6. Marcelo Tristão Batista (DGLOG)

• **OBJETIVO**

Combater o desperdício de energia elétrica, promovendo a redução do consumo e da emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE), vinculados aos aparelhos de ar condicionado.

• **INICIATIVAS**

1ª) Avaliação da situação das instalações elétricas do PJERJ, com posterior proposição das alterações necessárias à redução de consumo.

a) Fundamento

Cerca de 8% (oito por cento) da energia consumida em todo o país é proveniente das edificações públicas e, desse percentual, praticamente a metade origina-se dos aparelhos de ar condicionado; 80% (oitenta por cento) do consumo está concentrado em 20% (vinte por cento) dessas edificações; com base em dados estatísticos, serão elencados os 15 (quinze) prédios com maior impacto.

b) Indicador

Consumo anual do período base - julho/2014 a julho/2015 - (consumo dos

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - PJERJ
Plano de Logística Sustentável - PLS

últimos 12 meses) ÷ (consumo anual do período base - julho/2014 a julho/2015) x 100

2ª) Inventário dos equipamentos de ar condicionado das Centrais de Água Gelada (CAG com chiller elétrico) e Sistemas Individuais que utilizam gases que geram o efeito estufa, com posterior definição do cronograma de substituição dos gases atuais por gás ecológico.

a) Fundamento

O potencial de redução do efeito estufa, que permite adicionalmente a melhoria da eficiência energética dos equipamentos.

b) Indicadores

b.1) número de equipamentos de CAG com *chiller* elétrico com gás ecológico ÷ número total de equipamentos de CAG com *chiller* elétrico x100.

b.2) número de equipamentos de Sistema Individual (onde o gás refrigerante foi substituído por gás ecológico) ÷ número total de equipamentos de Sistema Individual que não possuem o gás ecológico x 100.

CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO RESULTADOS ESPERADOS E MATRIZ DE RESPONSABILIDADE

| Iniciativas | Ações | Resultados Esperados | Unidade Responsável | Data Início | Data Fim | Recursos Necessários | Riscos |
|-------------|--|--|---|-------------|-------------|--|---|
| 1 | 1.1 Relatório por ordem decrescente de consumo de energia elétrica nos prédios do PJERJ. | Identificação dos 15 (quinze) prédios de maior impacto no consumo de energia elétrica por KW, KW/m ² e valores (R\$). | DGENG/ DEMAN | Set 2015 | Set 2015 | Planilha de controle do consumo de energia elétrica dos prédios elaborada pelo DEIOP. | Eventuais óbices no decorrer dos processos licitatórios, em especial no caso de contratação da empresa certificadora. |
| | 1.2 Elaboração do Termo de Referência para contratação de empresa certificadora. | Termo de Referência a ser licitado. | DGENG/ DEPLA e DGLOG/ DELFA | Out 2015 | Dez 2015 | Relatório com a identificação dos 15 (quinze) prédios de maior impacto no consumo de energia elétrica. | Eventuais óbices no decorrer dos processos licitatórios, em especial no caso de contratação da empresa certificadora. |

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - PJERJ
Plano de Logística Sustentável - PLS

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|-------------|-------------|---|---|
| | 1.3 Licitação do Termo de Referência. | Contratação de empresa certificadora. | DGLOG/ DELFA | Jan 2016 | Jun 2016 | Termo de Referência. | |
| | 1.4 Diagnóstico das instalações elétricas dos 15 (quinze) prédios do PJERJ. | Relatório com as observações da certificadora para cada um dos 15 (quinze) prédios apontados como de maior consumo de energia. | Empresa contratada. | Jul 2016 | Jul 2018 | Dados fornecidos pelo PJERJ. | Eventuais óbices no decorrer dos processos licitatórios, em especial no caso de contratação da empresa certificadora. |
| | 1.5 Avaliação da viabilidade técnica e econômica das implementações das ações propostas. | Apontar os prédios que efetivamente receberam as readequações nas instalações elétricas. | DGENG/ DEPLA | Jul 2018 | Dez 2018 | Oportunidades de melhorias apresentadas pela empresa. | |
| | 1.6 Definição da aquisição dos recursos necessários à implementação. | Contratação de empresa especializada, execução através de recursos já disponíveis ou a aquisição de materiais para a execução direta. | DGENG/ DEPLA e DGENG/ DEMAN e DGLOG/ DEPAM | Jul 2018 | Jul 2020 | Oportunidades de melhorias apresentadas pela empresa. | |
| | 1.7 Implementação das necessidades verificadas no diagnóstico. | Readequação das instalações. | DGENG/ DEMAN | Jan 2019 | Dez 2020 | Projeto. | Eventuais óbices no decorrer dos processos licitatórios, em especial no caso de contratação da empresa certificadora. |
| 2 | 2.1 Inventário dos equipamentos que geram GEE. | Identificação dos equipamentos das CAG com <i>chiller</i> elétrico e Sistemas Individuais que ainda não possuem o gás ecológico. | DGENG/ DEMAN | Out 2015 | Nov 2015 | Relatório técnico operacional a ser emitido pelo DEMAN. | |

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - PJERJ
Plano de Logística Sustentável - PLS

| | | | | | | | |
|-----|--|--|--------------------------------------|--------------|--------------|---|---|
| 2.2 | Elaboração do Termo de Referência para realização do projeto visando contratação de empresa especializada. | Termo de Referência a ser licitado. | DGENG/ DEPLA | Dez 2015 | Dez 2018 | Inventários das CAG com <i>chiller</i> elétrico. | |
| 2.3 | Licitação para a contratação de empresa especializada. | Contratação de empresa. | DGENG/ DEPLA e DGLOG/ DELFA | Agos 2016 | Agos 2019 | Termo de Referência. | Eventuais óbices no decorrer dos processos licitatórios, em especial no caso de contratação da empresa especializada. |
| 2.4 | Execução do projeto de readequação das CAG com <i>chiller</i> elétrico. | Redução da emissão de GEE. | DGENG/ DEPLA | Abr 2017 | Dez 2020 | Projeto. | |
| 2.5 | Inventário dos equipamentos que geram GEE. | Identificação dos equipamentos dos Sistemas Individuais que ainda não possuem o gás ecológico. | DGENG/ DEMAN | Out 2015 | Nov 2015 | Relatório técnico operacional a ser emitido pelo DEMAN. | |
| 2.6 | Elaboração do Termo de Referência para aquisição de materiais para adaptação dos Sistemas Individuais. | Termo de Referência a ser licitado. | DGENG/ DEMAM | Dez 2015 | Dez 2018 | Inventário dos Sistemas Individuais. | |
| 2.7 | Licitação para aquisição de materiais. | Aquisição de Materiais. | DGENG/ DEPLA e DGLOG/ DELFA | Agos 2016 | Agos 2019 | Termo de Referência. | Eventuais óbices no decorrer dos processos licitatórios, em especial no caso de contratação da empresa especializada. |
| 2.8 | Execução das adequações e substituição dos gases atuais por gás ecológico nos Sistemas Individuais. | Redução da emissão de GEE | DGENG/ DEMAN | Out 2017 | Dez 2020 | Materiais. | |

METAS GERAIS

- Redução de, no mínimo, 10% (dez por cento) do consumo de energia elétrica, até o ano de 2020, dos 15 (quinze) prédios do PJERJ apontados como de maior impacto.
- Substituição de 100% (cem por cento), até o ano de 2020, dos equipamentos de CAG com *chiller* elétrico e 25% (vinte e cinco por cento) dos Sistemas Individuais da totalidade dos que não possuíam o sistema de gás ecológico.

Grupo de Trabalho (GT) 02 - Água e Esgoto

Integrantes:

1. Antônio Carlos Pereira Alves (DGENG)
2. Cláudio Almeida (DGENG)
3. Rita Cristina Ventura (DGENG)
4. Márcia Monteiro Barros Heffer da Costa (DGENG)
5. Ricardo Alves dos Reis (DGLOG)
6. Marcelo Tristão Batista (DGLOG)

• **OBJETIVO**

Combater o desperdício de água nos prédios do PJERJ, promovendo a redução do consumo através da implementação de ações específicas.

• **INICIATIVAS**

1ª) Implementação do sistema de lavagem ecológica em 10% (dez por cento) dos veículos oficiais, integrantes da frota de expediente, sediados na Comarca da Capital, correspondentes a 20 (vinte) lavagens semanais ou 80 (oitenta) lavagens mensais.

a) Fundamento

Adoção de critérios ecologicamente corretos, com o fim de reduzir os impactos ambientais e o consumo de água na lavagem da frota de expediente.

b) Indicador

Quantidade de lavagens ecológicas realizadas na frota de expediente por mês) ÷ quantidade total de lavagens x 100.

2ª) Implementação do sistema de captação e aproveitamento de água pluvial, para lavagem de veículos nas dependências do DETRA.

a) Fundamento

São gastos, mensalmente, pelo DETRA cerca de 80 mil litros de água potável para a lavagem dos veículos oficiais da frota da Comarca da Capital; há a possibilidade de economia da água fornecida pela CEDAE por meio da implementação do sistema de captação e aproveitamento de água pluvial, nas dependências do DETRA.

b) Indicador

Consumo de água antes e depois da lavagem ecológica.

3ª) Avaliação da situação das instalações hidráulicas do PJERJ, com posterior propositura das alterações necessárias à redução de consumo e implementação das ações propostas.

a) Fundamento

Considerando o conhecimento da DGENG sobre a antiguidade das instalações hidráulicas de parte dos prédios pertencentes ou cedidos ao PJERJ, bem como da discrepância das medições do consumo de água das referidas edificações, conclui-se que são necessárias intervenções visando à redução do consumo e, conseqüentemente, do desperdício.

b) Indicador

Consumo anual do período base - julho/2014 a julho/2015 - consumo dos últimos 12 meses ÷ consumo anual do período base - julho/2014 a julho/2015 x 100.

4ª) Sistemas de medição de consumo de água.

a) Fundamento

Em parte dos prédios do PJERJ, a medição do consumo de água ainda é realizada com base em estimativa pela concessionária, o que impede a introdução de ações gerenciais para a melhoria, devido à falta de instrumentos de controle, daí necessidade da instalação de hidrômetros.

c) Indicador

Número total de prédios ocupados pelo PJERJ que possuem hidrômetros instalados ÷ número total de prédios ocupados pelo PJERJ x 100.

5ª) Instalação predial de captação de águas pluviais no Fórum Central.

a) Fundamento

Oportunidade de redução do consumo da água fornecida pela CEDAE ao Fórum Central, em razão do Acordo de Cooperação Técnica entre o PJERJ e a CEDAE, objetivando a elaboração de projeto para a instalação de sistema de captação e reaproveitamento da água da chuva.

b) Indicador

Consumo de água no Fórum Central antes e depois da instalação do sistema.

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - PJERJ
Plano de Logística Sustentável - PLS

CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO RESULTADOS ESPERADOS E MATRIZ DE RESPONSABILIDADE

| Iniciativas | Ações | Resultados Esperados | Unidade Responsável | Data Início | Data Fim | Recursos Necessários | Riscos |
|-------------|---|---|---------------------|-------------|----------|--|---|
| 1 | 1.1 Inserção no Termo de Referência de qualificação de mão de obra para o serviço de lavagem ecológica. | Elaboração do Termo de Referência. | DGLOG/ DETRA | Out 2015 | Dez 2015 | Relatório com o quantitativo dos veículos oficiais da frota de expediente da Capital emitido pelo DETRA. | Impacto do tempo da lavagem ecológica, de aproximadamente 40 minutos por veículo, sobre a programação habitual das lavagens, de aproximadamente 10 minutos por veículo. |
| | 1.2 Licitação do Termo de Referência. | Contratação de empresa especializada para prestação de serviço com mão de obra qualificada. | DGLOG/ DELFA | Jan 2016 | Jun 2016 | Termo de Referência. | |
| | 1.3 Execução da qualificação de mão-de-obra. | Redução do volume mensal de água gasto na lavagem dos veículos da frota de expediente da Capital, por equipe qualificada. | DGLOG/ DETRA | Jul 2016 | Jul 2018 | Mão de obra qualificada e materiais. | |
| 2 | 2.1 Elaborar plano de trabalho para a confecção do Termo de Cooperação Técnica. | Formalização do termo. | DGENG e DGLOG | Set 2015 | Dez 2015 | Legislação pertinente. | Eventuais óbices no decorrer do procedimento licitatório. |
| | 2.2 Desenvolvimento de projeto. | Projeto. | DGENG/ DEPLA | Jun 2016 | Out 2016 | Profissionais qualificados. | |
| | 2.3 Programação da obtenção dos recursos. | Disponibilização dos recursos por meio de aquisição dos materiais. | DGENG/ DGLOG | Nov 2016 | Mai 2017 | Termo de Referência. | |

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - PJERJ
Plano de Logística Sustentável - PLS

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|-----------|-----------|---|--|
| | 2.4 Execução do Projeto. | Instalação do sistema de aproveitamento de águas pluviais. | DGENG | Jun 2017 | Dez 2017 | Mão de obra e materiais. | |
| 3 | 3.1 Relatório com a lista dos prédios do PJERJ com maior impacto no consumo de água. | Identificação, por ordem decrescente, dos 15 (quinze) prédios com o maior consumo. | DGENG/ DEMAN | Out 2015 | Nov 2015 | Tabelas periódicas do DEIOP. | |
| | 3.2 Avaliação de viabilidade técnica e econômica. | Relação dos prédios com viabilidade para as adequações necessárias. | DGENG/ DEPLA | Dez 2015 | Jun 2016 | Diagnóstico apresentado pelo DEPLA. | |
| | 3.3 Programação da obtenção dos recursos. | Disponibilização dos recursos por aquisição mediante licitação ou através de materiais já existentes. | DGENG/ DEMAN | Jul 2016 | Jun 2017 | Diagnóstico apresentado pelo DEPLA. | |
| | 3.4 Elaboração do cronograma de execução. | Cronograma de execução. | DGENG/ DEMAN e DEPLA | Agos 2017 | Agos 2017 | Cronograma. | Eventuais óbices dos procedimentos licitatórios. |
| | 3.5 Execução das adequações. | Alcance da meta estabelecida. | DGENG/ DEMAN | Set 2017 | Dez 2020 | Recursos disponíveis. | |
| 4 | 4.1 Identificação dos prédios sem medidores de consumo de água. | Relação completa dos prédios onde o consumo ainda é estabelecido por estimativa de valores. | DGENG/ DEMAN | Out 2015 | Nov 2015 | Relatório do DEIOP. | Eventuais discordâncias dos proprietários dos prédios locados ou cedidos ao PJERJ na instalação de hidrômetros; dificuldades no decorrer dos procedimentos licitatórios. |
| | 4.2 Elaboração e licitação de Registro de Preços para a aquisição de materiais. | Registro de Preços. | DGENG/ DEMAN e DGLOG/ DEPAM, DELFA | Dez 2015 | Mai 2016 | Levantamento com especificação técnica dos materiais e quantitativos. | |

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - PJERJ
Plano de Logística Sustentável - PLS

| | | | | | | | |
|---|--|--|--|--------------|--------------|-------------------------|---|
| | 4.3 Elaboração de cronograma e da instalação dos hidrômetros. | Execução do cronograma. | DGENG/ DEPLA, DEMAN | Jun 2016 | Maio 2018 | Materiais. | |
| 5 | 5.1 Elaborar plano de trabalho para a confecção do Termo de Cooperação Técnica. | Formalização do termo. | DGENG e DGLOG | Set 2015 | Dez 2015 | Legislação pertinente. | |
| | 5.2 Desenvolvimento de projeto com auxílio técnico da engenharia da CEDAE. | Projeto. | DGENG/ DEPLA | Jan 2016 | Dez 2016 | Efetivação do convênio. | |
| | 5.3 Programação da obtenção dos recursos. | Disponibilização dos recursos por meio de aquisição dos materiais mediante licitação | DGENG/ DEMAN e DGLOG/ DEPAM, DELFA | Jan 2017 | Jul 2017 | Termo de Referência. | Eventuais óbices no curso dos procedimentos licitatórios. |
| | 5.4 Execução do Projeto. | Instalação do sistema de aproveitamento de águas pluviais. | DGENG/ DEMAN | Agos 2017 | Jul 2018 | Materiais. | |

METAS GERAIS

- Implementar, até o ano de 2018, o sistema de lavagem ecológica em 10% (dez por cento) das lavagens da frota de expediente sediada na Comarca da Capital.
- Implementar, até o ano de 2020, 100% (cem por cento) do sistema de captação de águas pluviais nas dependências do DETRA.
- Redução, até o ano de 2020, de 5% (cinco por cento) do consumo de água potável utilizada pelo PJERJ.
- Instalação, até o ano de 2018, de medidores individualizados (hidrômetros) em 100% (cem por cento) dos prédios utilizados pelo PJERJ.
- Instalação do sistema de captação de águas pluviais no prédio do Fórum Central, até 2020.

Grupo de Trabalho (GT) 03: Papel, Cartucho/ Tonner

Integrantes:

1. Abel Diniz de Almeida Silva (DGTEC)
2. Regina Célia Brito Lourenço (DGTEC)
3. Leonardo Schmidt Kassuga (DGTEC)
4. Carlos Alberto da Mata Diederichs (DGTEC)
5. Ana Lucia de Oliveira Carvalho (DGLOG)
6. Sandra Maria Santos Gonçalves (DGLOG)

- **OBJETIVO**

Promover a redução do consumo de papel e insumos por meio de procedimentos que erradiquem o desperdício e promovam a conscientização dos usuários acerca da imperativa necessidade de condutas sustentáveis no ambiente de trabalho.

- **INICIATIVAS**

1ª) Acompanhar a redução do consumo de papel em face da evolução da implementação do processo judicial eletrônico nas serventias.

a) Fundamento

O processo eletrônico contribui para a eficiência do gasto público e o menor impacto no meio ambiente.

b) Indicador

Processos Eletrônicos Distribuídos ÷ Total dos Processos Distribuídos X 100.

2ª) Ampliação do número de usuários de mensagens eletrônicas (e-mail) e consequente aumento na comunicação organizacional interna.

a) Fundamento

Democratização do uso da mensagem eletrônica, tornando prescindível o uso do papel na comunicação organizacional interna.

b) Indicador

Quantidade de caixas de correio migradas para nuvem ÷ Quantidade total de caixas de correio do âmbito do PJERJ.

3ª) Programação ou substituição de equipamentos de impressão e cópia para modo frente e verso automático.

a) Fundamento

A utilização do modo frente e verso reduz em 50% o consumo do papel.

b) Indicador

Quantidade de impressoras instaladas e configuradas no padrão frente e verso ÷ quantidade de impressoras em uso no parque x 100.

4ª) Monitoramento dos dados de consumo e divulgação dos resultados entre as unidades de trabalho.

a) Fundamento

Necessidade de emissão de relatório gerencial informatizado acerca do perfil médio de consumo por unidade organizacional, de forma que se possa ter visão global da evolução da demanda dos materiais e suas características.

b) Indicador

Resmas de papel utilizadas no período ÷ resmas de papel utilizadas em igual período anterior x 100.

5ª) Promover campanhas de sensibilização para o uso consciente do papel.

a) Fundamento

Necessidade de redução do consumo do papel.

b) Indicador

Informação trimestral do consumo para subsidiar as campanhas de redução.

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - PJERJ
Plano de Logística Sustentável - PLS

• **CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO, RESULTADOS ESPERADOS E MATRIZ DE RESPONSABILIDADES:**

| Iniciativas | Ações | Resultados Esperados | Unidade Responsável | Data Início | Data Fim | Recursos Necessários | Riscos |
|-------------|---|--|---|-------------------------------------|-------------------------------------|---|--|
| 1 | Acompanhar a redução do consumo de papel tendo em vista a evolução da implementação do Processo Judicial Eletrônico nas Serventias. | Diminuição de até 90% da utilização total do papel nas Varas eletrônicas/híbridas até dezembro de 2020. | DGTEC E DGLOG/DEPAM E DEAPE/DIGAM | Set 2015 | Dez 2020 | Analistas de Sistemas. Treinamento. | Resistência da cultura administrativa. Descontinuidade do programa de implantações. |
| 2 | 2.1 migração do MS-Office 2010 para o MS-Office 365, contemplando todos os usuários no âmbito do PJERJ. | Diminuir o uso de papel nas comunicações internas. | DGTEC/ DEATE, DIAPA | 1ª Etapa: "MIGRAÇÃO" Mar 2015 | 1ª Etapa: "MIGRAÇÃO" Dez 2015 | Compra de licenças de e-mail para todos os usuários. | Dificuldade de mensurar precisamente a quantidade exata de licenças a serem adquiridas, uma vez que o número de usuários é variável. Cogitar de licitação mediante registro de preço. |
| | 2.2 Ampliação do número de usuários de e-mail. | Passar dos atuais 50% para 100% até 2016. Eficácia da comunicação, qualidade dos serviços e melhor atendimento prestado. | DGTEC/ DEATE, DIAPA | 2ª Etapa: "EXPANSÃO" Jan 2016 | 2ª Etapa: "EXPANSÃO" Dez 2016 | Compra de licenças de e-mail para todos os usuários. | Comunicação inadequada ou deficiente entre os servidores que realizam rotinas de trabalho correlacionadas aos projetos estratégicos. |
| 3 | 3.1 Configuração frente e verso em 90% dos equipamentos instalados. | Redução do consumo de papel. | DGTEC/ DEATE, DIETI | Out 2015 | Dez 2015 | Disponibilidade de equipamentos; Recurso técnico para instalação dos equipamentos. | Atraso ou não aquisição dos equipamentos. Resistência cultural dos usuários. |

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - PJERJ
Plano de Logística Sustentável - PLS

| | | | | | | | |
|---|--|--|--|----------|---|--|---|
| | 3.2 Configuração frente e verso nos equipamentos instalados. Mais 35% do total adquirido, alcançando 55% do total adquirido. | Redução do consumo de papel. | DGTEC/ DEATE, DIETI | Jan 2016 | Mai 2016 | Disponibilidade de equipamentos; Recurso técnico para instalação dos equipamentos. | Atraso ou não aquisição dos equipamentos. Resistência cultural dos usuários. |
| | 3.3 Configuração frente e verso nos equipamentos instalados. Mais 35% do total adquirido, alcançando 90% do total adquirido. | Redução do consumo de papel. | DGTEC/ DEATE, DIETI | Jul 2016 | Set 2016 | Disponibilidade de equipamentos; Recurso técnico para instalação dos equipamentos. | Atraso ou não aquisição dos equipamentos. Resistência cultural dos usuários. |
| 4 | 4.1 Obtenção de relatórios gerenciais, contendo dados precisos do consumo de papel. | Precisão das informações e melhoria da fiscalização do consumo. | DGTEC e DGLOG | Dez 2015 | Jan 2016 | Humanos e tecnológicos (atuação da fábrica para criação dos relatórios). | Tempo de realização, diante das prioridades encaminhadas a DGTEC. |
| | 4.2 Divulgação dos dados de consumos às unidades. | Conscientização dos usuários; comparação entre as unidades. | DGTEC e DGLOG e ESAJ e DGCOM e DEAPE/ DIGAM | Jan 2016 | Mar 2016 | Humanos envio dos dados por mensagem eletrônica ou outros meio a serem definidos pela Administração. | Questionamentos das unidades, em virtude de deterem demandas diferentes e/ou de verificarem o aumento do número de processos. |
| 5 | 5.1 Promover campanhas de conscientização do uso racional de papel. | Redução do desperdício e dos estoques locais; reeducação dos usuários; motivação à leitura on-line e à impressão frente e verso. | DGTEC e DGLOG e DEAPE/ DIGAM e DGCOM | Jul 2015 | Já em prática – DGLOG em foco e mensagens sonoras. Procedimentos contínuos. | Recursos de telecomunicações (aumento das mensagens sonoras); recursos tecnológicos – disponibilização da mensagem no E-PROT e na intranet e por meio de mensagem eletrônica; recursos humanos (elaboração das mensagens e dos | Resistência cultural dos usuários. |

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - PJerJ
Plano de Logística Sustentável - PLS

| | | | | | | | |
|--|---|---|-------------------------------|-------------|-------------|---|---|
| | | | | | | informativos). | |
| | 5.2 Edição do Ato Executivo Conjunto CGJ e Presidência visando à impressão padrão frente e verso. | Redução do consumo de papel na ordem proposta de 0,5% ao ano. | GABPRES/ DEAPE e CGJ | Out 2015 | Dez 2015 | Humanos (elaboração do Ato) e tecnológicos (Publicação do Ato na intranet e mensagens no sistema E-Prot). | Insuficiência de servidores para realizarem a capacitação; resistência cultural dos usuários; aumento do número de processos. |

META GERAL

- Redução em 0,5 % do consumo de papel ao ano, ressaltando que esse índice, embora pequeno em números absolutos, é significativo, considerando o aumento da produtividade e o aumento da demanda no âmbito do TJRJ, sendo certo que mais de dois milhões de processos judiciais novos são distribuídos, a cada ano, em todas as Comarcas do Estado.

Grupo de Trabalho (GT) 04 - Combustíveis e Óleos Lubrificantes

Integrantes:

1. Cláudio Almeida (DGENG)
2. Fabiana Ferreira (DGLOG)
3. Fábio de Souza (DGLOG)
4. Marco Alberto Porphírio (DGLOG)

- **OBJETIVO**

Promover a redução da emissão de gases poluentes atmosféricos gerados pela frota de veículos oficiais do Poder Judiciário de Estado do Rio de Janeiro (PJERJ), através do uso racional dos recursos naturais renováveis.

- **INICIATIVAS**

1ª) Inventário da frota de veículos oficiais, com possibilidade do uso de combustível etanol nos veículos Flex (bicomcombustível), e posterior propositura das ações necessárias à redução da emissão de gases poluentes atmosféricos.

a) Fundamento

35% (trinta e cinco por cento) do combustível gasto pelo PJERJ são consumidos por veículos oficiais da frota de expediente sediada na Comarca da Capital, daí a necessidade de reduzir-se a emissão de gases poluentes atmosféricos gerados.

b) Indicador

Quantitativo de veículos abastecidos com etanol ÷ quantitativo total da frota do PJERJ x 100.

2ª) Implementar critérios de sustentabilidade nos requisitos para aquisição de veículos oficiais.

a) Fundamento

Necessidade de adequação da frota aos níveis de exigência, tanto com relação ao consumo (categorias A, B e C do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular - PBEV, publicado pelo INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia), quanto ao limite máximo de emissão de poluentes atmosféricos estabelecido pelo PROCONVE (Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores).

b) Indicador

Quantitativo de veículos adequados à meta ÷ quantitativo total da frota do

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro – PJERJ
Plano de Logística Sustentável - PLS

PJERJ x 100.

CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO RESULTADOS ESPERADOS E MATRIZ DE RESPONSABILIDADE

| Iniciativas | Ações | Resultados Esperados | Unidade Responsável | Data Início | Data Fim | Recursos Necessários | Riscos |
|-------------|---|--|---|-------------|----------|---|---|
| 1 | 1.1 Inventário dos veículos. | Identificação do quantitativo de veículos flex (bicombustível). | DGLOG/ DETRA e DIFRO | Out 2015 | Nov 2015 | Relatórios do Sistema de Gestão de Transporte (SISTRANSP). | Reação da instituição frente ao impacto financeiro de, aproximadamente, 6% (seis por cento), superior aos gastos atuais. |
| | 1.2 Seleção e indicação dos veículos que serão abastecidos somente com etanol. | Orientação dos profissionais (motoristas). | DGLOG/ DETRA e DGTEC/ DEATE | Dez 2015 | Dez 2015 | Expedição de Ordem de Serviço. | |
| | 1.3 Abastecimento de parte da frota com etanol. | Redução de até 20% da emissão de gases poluentes atmosféricos pela frota do PJERJ. | DGLOG/ DETRA e DGTEC/ DEATE | Jan /2016 | Dez 2018 | Recursos financeiros. | |
| 2 | 2.1 Inventário dos veículos. | Identificação do quantitativo de veículos já adequados à meta. | DGLOG/ DETRA e DIFRO | Out 2015 | Nov 2015 | Relatórios do Sistema de Gestão de Transporte (SISTRANSP). | Ôbices no decorrer dos procedimentos licitatórios, bem como falta de recursos financeiros ou mudança na política de renovação da frota. |
| | 2.2 Elaboração do termo de referencia para aquisição de veículos já adequados à meta. | Aquisição de veículos nas categorias indicadas. | DGLOG/ DETRA e DITRA | Dez 2015 | Jun 2020 | Pesquisa de mercado visando licitar modelos que atendam às necessidades do PJERJ. | |
| | 2.3 Licitação. | Aquisição de veículos nas condições propostas no TR. | DGLOG/ DELFA | Agos 2016 | Dez 2020 | Recursos financeiros. | |

METAS GERAIS

- Redução, até o ano de 2018, de até 20% (vinte por cento) na emissão dos gases poluentes atmosféricos (dióxido de


carbono, chumbo, enxofre, hidrocarbonetos não metano e óxidos de nitrogênio) pela frota do PJERJ.

- Adequação, até o ano de 2020, de 80% (oitenta por cento) dos veículos da frota do PJERJ.

EIXO TEMÁTICO II

GESTÃO ADEQUADA DE RESÍDUOS

PUBLICADO NO DJE
em 25 / 11 / 2013
Fis. 11



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

TERMO: 003/759/2013
PROC. ADM. Nº: 176.198/2013

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO ENTRE A
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO/UERJ E O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro, organizada na forma de Fundação Pública, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.540.014/0001-57, estabelecida na Rua São Francisco Xavier, 524 – Cidade do Rio de Janeiro, doravante denominada UERJ, representada por seu Magnífico Reitor, Professor Ricardo Vieira Alves de Castro, identidade nº 04.192.522-3 DETRAN-RJ e CPF nº 880.058.107-25, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 17 item X do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 6465, de 29 de dezembro de 1982, e o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 28.538.734/0001-48, doravante denominado TJRJ, neste ato representado por sua Presidente, Desembargadora Leila Maria Carrilo Cavalcante Ribeiro Mariano, resolvem celebrar o presente convênio de cooperação, cujos assentamentos encontram-se no Processo Administrativo UERJ nº ____/____, sendo regidos pelos termos normativos constantes da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e ainda pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1ª
Do Objeto

O presente convênio tem por finalidade auxiliar na elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos do TJRJ.

Cláusula 2ª
Das Atividades




As atividades a serem executadas pelos partícipes consistirão em elaboração do PGR do TRIBUNAL, anexando-se, nesta oportunidade, o respectivo plano de trabalho que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

Cláusula 3ª
Dos Recursos Financeiros

A execução das atividades previstas neste instrumento não importará em quaisquer ônus financeiros para os partícipes.

Cláusula 4ª
Dos Compromissos da UERJ

A UERJ se propõe a dar todo o apoio técnico preciso para a elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos do Tribunal de Justiça, na abrangência definida, ou seja, o conjunto de prédios situados no centro da cidade do Rio de Janeiro, conhecido como Complexo do Foro Central: Lâminas I, II e central; Lâmina III; Lâmina IV; Lâmina V; Museu da Justiça; EMERJ e Centro Administrativo.

Eixo II: Gestão Adequada dos Resíduos Sólidos

Comitê Temático (CT)

Coordenação: Joel Beltrão Jarque

Subcoordenação: Antonio Carlos Pereira Alves

Representantes da Presidência - DEAPE/DIGAM:

Rosiléa Di Masi Palheiro

Andréa Sales Cristiane Moreira

Cláudia de Sá Cardoso Schkrab

Maria Teresa Guzzo Lia

Ana Paula de Souza Martins Carneiro

Representante da CGJ: Denise Pires Coelho Reis

Grupo de Trabalho (GT):

Integrantes:

1. Ricardo Alves dos Reis (DGLOG)
2. Marcelo Tristão Batista (DGLOG)
3. Carla Cortes (DGLOG)

• **OBJETIVO**

Implantar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGR, no Foro Central e no depósito da Praça da Bandeira, em consonância com a Lei nº 12.305/10, bem como a coleta seletiva de acordo com os Planos Municipais em outras instalações do TJRJ.

• **INICIATIVAS**

1ª) Concluir o Plano de Gerenciamento de Resíduos no Fórum Central e Depósito da Praça da Bandeira.

a) Fundamento

Necessidade de alinhar o PGR do PJERJ ao artigo 21 da Lei nº 12.305/10, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

b) Indicador

Percentual de conclusão do plano de ação.

2ª) Prover infraestrutura operacional para o PGR.

a) Fundamento

Prover logística necessária à implementação do PGR.

b) Indicador

Percentual de conclusão do plano de ação.

3ª) Implementar o Plano de Gerenciamento de Resíduos no Fórum Central e depósito da Praça da Bandeira.

a) Fundamento

Necessidade de Alinhar o PGR ao artigo 21 da Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

b) Indicador

Percentual de conclusão do plano de ação.

4ª) Elaborar o procedimento de Implantação de coleta seletiva em consonância com a legislação pertinente, nas Comarcas do Interior onde há coleta seletiva solidária.

a) Fundamento

Prover a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, observado o disposto no § 1º do art. 9º da Lei nº 12.305/10.

b) Indicador

Percentual de conclusão do plano de ação.

5ª) Implementar coleta seletiva em consonância com a legislação pertinente, nas Comarcas do Interior onde há coleta seletiva solidária.

a) Fundamento

Prover a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, observado o disposto no § 1º do art. 9º da Lei Nº 12.305.

b) Indicador

Percentual de conclusão do plano de ação.

6ª) Elaborar procedimento para a destinação ecologicamente correta dos resíduos gerados, em especial os perigosos e os de logística reversa obrigatória, identificados por item nas Comarcas do Interior.

a) Fundamento

Prover o correto gerenciamento dos itens com logística reversa obrigatória e de resíduos perigosos, observado o disposto nos art. 20 e 33 da Lei nº 12.305/10.

b) Indicador

Percentual de conclusão do plano de ação.

7ª) Implementar procedimento para a destinação ecologicamente correta dos resíduos gerados, em especial os perigosos e os de logística reversa obrigatória, identificados por item nas Comarcas do Interior.

a) Fundamento

Prover o correto gerenciamento dos itens com logística reversa obrigatória e de resíduos perigosos, observado o disposto nos arts. 20 e 33 da Lei nº 12.305/10.

b) Indicador

Percentual de conclusão do plano de ação.

8ª) Contribuir com o Plano de Comunicação do PLS.

a) Fundamento

Através do plano de comunicação será possível disponibilizar para os usuários internos e externos do PJERJ as informações necessárias à gestão adequada dos resíduos sólidos, no escopo do PGR, sendo fundamental para o engajamento das pessoas aos objetivos e metas propostos.

b) Indicador

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro – PJERJ
Plano de Logística Sustentável - PLS

Percentual de envolvidos informados.

CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO RESULTADOS ESPERADOS E MATRIZ DE RESPONSABILIDADE

| Iniciativas | Ações | Resultados Esperados | Unidade Responsável | Data Início | Data Fim | Recursos Necessários | Riscos |
|-------------|--|---------------------------------------|---|-------------|-----------|--------------------------|---|
| 1 | 1.1 Elaborar minuta de ato para atender às demandas do PLS, designando gestores de resíduos pela Diretoria Geral. | Minuta elaborada. | DEAPE e DGLOG/DEIOP | Set 2015 | Set 2015 | Serventuários do quadro. | Resistência cultural dos agentes e usuários. |
| | 1.2 Analisar, aprovar e publicar ato para designar os gestores de resíduos pela Diretoria Geral. | Novas atribuições publicadas. | Administração Superior | Out 2015 | Nov 2015 | Administração Superior. | Resistência cultural dos agentes e usuários. |
| | 1.3 Identificar lacunas. | Lacunas identificadas e relacionadas. | DEAPE e DGLOG/DEIOP | Set 2015 | Set 2015 | Serventuários do quadro. | Não foram identificados riscos. |
| | 1.4 Contactar as Unidades com responsabilidade operacional compartilhada, designação de representantes com base nas lacunas identificadas. | Representantes designados. | DEAPE | Nov 2015 | Dez 2015 | Serventuários do quadro. | Resistência cultural dos agentes e usuários. |
| | 1.5 Diagnosticar a situação atual do TJRJ. | Diagnóstico concluído. | DGLOG/DEIOP e DEAPE Unidades Operacionais | Jan 2016 | Jun 2016 | Serventuários do quadro. | Resistência cultural dos agentes e usuários; falta de conhecimento sobre o PGR. |
| | 1.6 Definir matriz de responsabilidades. | Matriz de responsabilidades definida. | DGLOG/DEIOP e DEAPE Unidades Operacionais | Fev 2016 | Mar 2016 | Serventuários do quadro. | Resistência cultural dos agentes e usuários; dificuldade de percepção das obrigações dos membros da equipe. |
| | 1.7 Definir os procedimentos. | Procedimentos definidos. | DGLOG/DEIOP e DEAPE Unidades Operacionais | ABR 2016 | Mail 2016 | Serventuários do quadro. | Resistência cultural dos agentes e usuários. |
| | 1.8 Estudar viabilidade de área de armazenagem unificada. | Estudo de viabilidade realizado. | DGENG | Jan 2016 | Mail 2016 | Serventuários do quadro. | Não foram identificados riscos. |
| | 1.9 Avaliar a necessidade de ajustar procedimentos | Avaliação realizada. | Unidades Operacionais | Mar 2016 | Jun 2016 | Serventuários do quadro. | Resistência cultural dos agentes e |

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro – PJERJ
Plano de Logística Sustentável - PLS

| | | | | | | | |
|---|--|--|---|----------|----------|---|--|
| | aos sistemas internos do PJERJ. | | | | | | usuários. |
| | 1.10 Elaborar plano de ação para implementação do PGR. | Plano de ação elaborado. | DEAPE e DGLOG/DEIOP | Jan 2016 | Ago 2016 | Serventuários do quadro Recursos financeiros. | Resistência cultural dos agentes e usuários; falta de recursos financeiros. |
| 2 | 2.1 Elaborar minuta de chamamento de cooperativas de catadores de resíduos. | Minuta elaborada. | DGLOG/DEIOP | Set 2015 | Ago 2016 | Serventuários do quadro. | Equipe reduzida para elaboração de minuta. |
| | 2.2 Aprovar minuta de chamamento de cooperativas de catadores de resíduos. | Minuta aprovada. | Administração Superior | Set 2015 | Dez 2015 | Serventuários do quadro. | Resistência cultural dos agentes e usuários. |
| | 2.3 Realizar chamamento e habilitação de cooperativas. | Chamamento realizado. | DGLOG/DELFA | Jan 2016 | Fev 2016 | Serventuários do quadro. | Cooperativas não comparecerem; todas as cooperativas chamadas não possuem habilitação. |
| | 2.4 Realizar sorteio de cadastro das cooperativas habilitadas. | Cooperativas cadastradas. | DGLOG/DELFA | Fev 2016 | Fev 2016 | Serventuários do quadro. | Cooperativas não comparecerem; todas as cooperativas chamadas não comprovarem habilitação. |
| | 2.5 Mensurar resíduos e rejeitos descartados no Complexo do Fórum Central e Depósito da Praça da Bandeira. | Resíduos mensurados. | DGLOG/DEIOP | Jul 2015 | Dez 2015 | Serventuários do quadro. | Resistência cultural dos agentes e usuários; dificuldade em obter informação. |
| | 2.6 Ratificar qualitativa e quantitativamente os resíduos perigosos e de saúde | Resíduos perigosos e de saúde ratificados. | DGLOG/DEIOP e Representantes das DGS Unidades que descartam resíduos perigosos e de saúde | Jul 2015 | Dez 2015 | Serventuários do quadro. | Resistência cultural dos agentes e usuários; dificuldade em obter informação. |
| | 2.7 Elaborar e aprovar Termo de Referência (TR). | TR aprovado. | DGLOG | Jul 2015 | Mar 2016 | Serventuários do quadro. | Equipes reduzidas para elaboração e aprovação de TR. |
| | 2.8 Licitar e contratar empresa para realizar serviço de coleta, transporte e destinação de resíduos. | Empresa contratada. | DGLOG/DELFA, DECAN | Abr 2016 | Jul 2016 | Serventuários do quadro. | Empresas não participarem do pregão; todas as empresas não comprovarem habilitação. |
| | 2.9 Elaborar minuta e aprovar o Termo de Convênio com a UERJ para apoio à implementação do PGR. | Convênio realizado. | DEAPE e DGLOG/DELFA DECAN | Ago 2015 | Out 2015 | Serventuários do quadro. | Equipes reduzidas para elaboração e aprovação de TR |

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro – PJERJ
Plano de Logística Sustentável - PLS

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|----------|----------|---|--|
| 3 | 3.1 Implementar plano de ação (item 1.10) Ver Anexo 1.A - Proposta de Implantação | PGR implementado. | DGLOG/DEIOP e Unidades Operacionais | Set 2016 | Dez 2020 | Serventuários do quadro Recursos financeiros. | Resistência cultural dos agentes e usuários Falta de recursos financeiros necessários. |
| 4 | 4.1. Elaborar minuta. | Minuta elaborada. | DEAPE e DGCPG/DEIOP | Set 2015 | Out 2015 | Serventuários do quadro. | Equipe reduzida para elaboração de minuta. |
| | 4.2 Aprovar minuta. | Minuta aprovada. | Administração Superior | Out 2015 | Dez 2015 | Serventuários do quadro. | Resistência cultural dos agentes e usuários. |
| | 4.3 Estabelecer matriz de responsabilidades (inclusive fiscalização e gestão). | Matriz de responsabilidades estabelecida. | DEAPE e DGLOG/DEIOP | Set 2015 | Out 2015 | Serventuários do quadro. | Dificuldade de percepção das obrigações pelos serventuários do PJERJ. |
| | 4.4 Propor alteração de atribuições. | Proposta concluída. | DEAPE e DGLOG/DEIOP | Out 2015 | Out 2015 | Serventuários do quadro. | Resistência cultural dos agentes e usuários. |
| | 4.5 Analisar, aprovar e publicar as alterações de atribuições. | Novas atribuições publicadas. | Administração Superior | Nov 2015 | Mai 2016 | Administração Superior. | Resistência cultural dos agentes e usuários. |
| | 4.6 Definir metodologia de aparelhamento e retirada de resíduos. | Metodologia definida. | DEAPE e DGLOG/DEIOP | Nov 2015 | Dez 2015 | Serventuários do quadro. | Não foram identificados riscos. |
| | 4.7 Realizar reunião com o INEA para definir plano de ação conjunto. | Plano de ação conjunto definido. | DEAPE e DGLOG/DEIOP | Jan 2016 | Mar 2016 | Serventuários do quadro e equipe do INEA. | Dificuldade de agendamento de reunião. |
| 5 | 5.1 Implementar plano de ação (item 4.7) Ver Anexo 1.B - Proposta de Implantação. | Coleta Seletiva implementada. | DEAPE e DGLOG/DEIOP | Ago 2016 | Dez 2020 | Serventuários do quadro Recursos financeiros. | Resistência cultural dos agentes e usuários; falta de recursos financeiros. |
| 6 | 6.1 Contatar as Unidades com responsabilidade operacional compartilhada para designação de representantes com base nas lacunas identificadas. | Unidades contatadas. | DEAPE | Jan 2016 | Jan 2016 | Serventuários do quadro. | Resistência cultural dos agentes e usuários. |
| | 6.2 Diagnosticar a situação atual. | Diagnóstico concluído. | DGLOG/DEIOP e DEAPE Unidades Operacionais | Jan 2016 | Jun 2016 | Serventuários do quadro. | Resistência cultural dos agentes e usuários; falta de conhecimento sobre a destinação correta. |
| | 6.3 Definir matriz de responsabilidades. | Matriz de responsabilidades definida. | DGLOG/DEIOP e DEAPE Unidades Operacionais | Fev 2016 | Mar 2016 | Serventuários do quadro. | Resistência cultural dos agentes e usuários; dificuldade de percepção das |

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro – PJERJ
Plano de Logística Sustentável - PLS

| | | | | | | | |
|---|---|--|--|----------|----------|---|--|
| | | | | | | | obrigações pelos membros da equipe. |
| | 6.4 Definir os procedimentos a serem realizados | Procedimentos definidos. | DGLOG/DEIOP e DEAPE Unidades Operacionais | Abr 2016 | Mai 2016 | Serventuários do quadro. | Resistência cultural dos agentes e usuários |
| | 6.5 Estudar viabilidade de área de armazenagem unificada. | Estudo de viabilidade realizado. | DGENG | Jan 2016 | Mai 2016 | Serventuários do quadro. | Não foram identificados riscos. |
| | 6.6 Avaliar necessidade de Adequar procedimentos, sistemas internos do PJERJ. | Avaliação realizada. | DEAPE e Unidade Operacional responsável | Mar 2016 | Jun 2016 | Serventuários do quadro. | Resistência cultural dos agentes e usuários. |
| | 6.7 Elaborar plano de ação para adequação das ações necessárias à destinação correta. | Plano de ação elaborado. | DGLOG/DEIOP e DEAPE Unidades Operacionais | Jan 2016 | Ago 2016 | Serventuários do quadro Recursos financeiros. | Resistência cultural dos agentes e usuários; falta de recursos financeiros. |
| | 6.8 Implementar plano de ação para adequação das ações necessárias à destinação correta. | Plano de ação elaborado. | DEAPE e DGLOG/DEIOP | Jan 2016 | Ago 2016 | Serventuários do quadro. | Resistência cultural dos agentes e usuários. |
| 7 | 7.1 Implementar plano de ação (item 6.8) | Plano de ação implementado. | DGLOG/DEIOP e DEAPE Unidades Operacionais Representantes das DGs Unidades que descarta resíduos perigosos de saúde | Set 2016 | Dez 2020 | Serventuários do quadro Recursos financeiros. | Resistência cultural dos agentes e usuários; falta de recursos financeiros. |
| | 8.1 Elaborar Manual sobre os procedimentos de coleta seletiva para orientação das direções de fórum e encarregados das empresas de limpeza. | Manual elaborado. | DGLOG/DEIOP, DEAPE | Jan 2016 | Mai 2016 | Serventuários do quadro. | Metodologia indefinida. |
| 8 | 8.2 Distribuir manual, orientando as equipes. | Manual distribuído e equipes orientadas. | DGLOG/DEIOP | Mai 2016 | Dez 2020 | Serventuários do quadro. | Resistência cultural dos agentes e usuários. |
| | 8.3 Distribuir informativo DGLOG em Foco, contendo informações sobre o assunto. | DGLOG em Foco distribuídos quinzenalmente. | DGLOG/DEIOP | Abr 2015 | Dez 2020 | Serventuários do quadro. | Sistema de transmissão de dados inoperante; resistência cultural dos agentes e usuários. |
| | 8.4 Contribuir com o curso de capacitação de | Contribuições realizadas. | DEAPE e DGLOG/ | Set 2015 | Dez 2020 | Serventuários do quadro. | Curso não criado. |

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro – PJERJ
Plano de Logística Sustentável - PLS

| | | | | | | | |
|--|--|---------------------------|---------------------|----------|----------|--------------------------|-------------------|
| | síndicos em gestão ambiental. | | DEIOP e DEGPE/ESAJ | | | | |
| | 8.5 Contribuir com informações para o encontro dos síndicos. | Contribuições realizadas. | DEAPE e DGLOG/DEIOP | Set 2015 | Dez 2020 | Serventuários do quadro. | Curso não criado. |

META GERAL

- Implantar o PGR no escopo definido e a coleta seletiva até 2020.

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro – PJERJ
Plano de Logística Sustentável - PLS

ANEXO 1 - PROPOSTAS DE IMPLANTAÇÃO

1.A - Proposta de Implantação no Fórum Central e depósito da Praça da Bandeira

| LOCAL | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
|---|-------|-------|-------|------|------|
| Lâmina I (Térreo ao 6º andar) | X(*) | X (*) | X (*) | - | - |
| Lâmina I (7º ao 11º andar) | - | X | - | - | - |
| Lâmina II (Térreo ao 6º andar) | X (*) | X (*) | X (*) | - | - |
| Lâmina II (7º ao 13º andar) | - | X | - | - | - |
| Lâmina III | X | - | - | - | - |
| Lâmina IV | X | - | - | - | - |
| Lâmina V | - | - | - | X | - |
| Lâmina Central e a Lamina II, a partir do 5 andar | - | - | X | - | - |
| Antigo Palácio da Justiça | X | - | - | - | - |
| Centro Administrativo | X | - | - | - | - |
| Depósito da Praça da Bandeira | X - | - | - | - | - |

(*) Acompanhar o cronograma de entregas da obra da Lâmina I

1.B - Proposta de Implantação nas comarcas do interior onde há Coleta Seletiva Solidária NUR, NUR)

Definir cronograma para as demais comarcas (capital e regionais – RJ)

| LOCAL | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
|--|------|------|------|------|------|
| 2º NUR (Rio Bonito e São Gonçalo) | X | - | - | - | - |
| 3º NUR (Paraíba do Sul, Petrópolis, Sapucaia e Teresópolis) | - | X | - | - | - |
| 4º NUR (Japeri, Magé, Mesquita) | - | - | X | - | - |
| 6º NUR (São Fidelis e São João da Barra) | - | - | - | X | - |
| 7º NUR (Miguel Pereira) | - | - | X | - | - |
| 9º NUR (Cachoeiras de Macacu, Carmo e Trajano de Moraes) | - | - | - | X | - |
| 10º NUR (Bom Jesus do Itabapoana, Itaocara, Posto avançado de São José de Ubá, Natividade, Porciúncula e Santo Antônio de Pádua) | - | - | - | - | X |

EIXO TEMÁTICO III

QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO



Eixo III - Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho

Comitê Temático (CT)

Coordenação: Ivany Yparraguirre/ Carlos Henrique Ferrari

Subcoordenação: Fátima Pires (CGJ)

Representantes da Presidência - DEAPE/DIGAM:

Rosilea Di Mais Palheiro

Andréa Sales Cristiane Moreira

Cláudia de Sá Cardoso Schkrab

Maria Teresa Guzzo Lia

Ana Paula de Souza Martins Carneiro

Grupo de Trabalho (GT)

Integrantes:

1. Alfredo Albino Itturiet Ferreira (DGPES)
2. Amelia Cristina Dominguez Alvarez (DGPES)
3. Ana Paula Lopes da Cunha (DGPES)
4. Cintia Rodrigues Coelho (DGPES)
5. Claudia Brogno Marques (DGPES)
6. Denise Pires Coelho Reis (DGADM/CGJ)
7. Eliane da Silva Barros Ourique (DGLOG)
8. Fabiana Duarte Ferreira (DGLOG)
9. Ludmila Martins Hungria Pimentel (CGJ)
10. Márcia Monteiro Barros Heffer da Costa (DGENG)
11. Marcio Castro de Aguiar (DGPES)
12. Maria Wilce Manhaes Ferreira (3ºV.P.)
13. Mariana Dumans Amorim Duarte (DGLOG)
14. Regina Celia Brito Lourenço (DGTEC)

• **OBJETIVO**

Promover, continuamente, práticas de sustentabilidade no que diz respeito à Qualidade de Vida no Poder Judiciário do Estado do RJ, através de melhorias das condições nos ambientes de trabalho, promovendo ações de saúde.

• **INICIATIVAS**

1ª) Concluir o diagnóstico das condições de trabalho de duas serventias selecionadas.

a) Fundamento

Com a implantação de nova ferramenta de trabalho - processo judicial eletrônico (Pje) – há necessidade de desenvolvimento de relatórios, a partir da visitação de serventias selecionadas, à luz da Ergonomia Biomecânica Corretiva, com diagnóstico das atuais condições de trabalho e sugestão de melhorias.

b) Indicador

Número de relatórios concluídos ÷ Número de serventias visitadas

2ª) Estimular a inclusão do tema Ergonomia na matriz de competências das diretorias envolvidas e contribuir com a capacitação de servidores, magistrados e colaboradores, em parceria com a ESAJ e a EMERJ.

a) Fundamento

O processo judicial eletrônico (Pje) demanda a inclusão da Ergonomia Biomecânica Preventiva na elaboração de reformas físicas e de novos projetos de serventias, visando à capacitação dos profissionais mais diretamente envolvidos, necessária à inclusão do tema em suas matrizes de competências.

b) Indicador

b.1) Número de matrizes de competência com inclusão da Ergonomia ÷ Número total de Matrizes de Competências X 100.

b.2) Número de servidores e colaboradores capacitados ÷ Número total de servidores e colaboradores das Diretorias selecionadas.

3ª) Promover a realização de exame médico periódico em servidores e magistrados das serventias visitadas, para avaliação das condições de trabalho.

a) Fundamento

Exame médico periódico integra um Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, cuja implantação é recomendada aos órgãos públicos. Esse acompanhamento permite a verificação do estado de saúde dos profissionais, possibilitando a intervenção médica preventiva, além da realização de ações de melhoria no ambiente de trabalho, minimizando a ocorrência de doenças ocupacionais.

b) Indicador

Número de Servidores e Magistrados examinados ÷ Número total das serventias selecionadas.

4ª) Promover Programa de Combate à Obesidade.

a) Fundamento

A obesidade é considerada uma das doenças crônicas não infecciosas mais ocorrentes em nosso meio, levando a aumento do risco de desenvolvimento de doenças como diabetes, eventos vasculares cardíacos e cerebrais, dentre outros. A prevenção da obesidade é importante para evitar o adoecimento da população. Em 2012, foi desenvolvido Programa de Combate à Obesidade no PJERJ, com resultado revelador. O público que participou perdeu cerca de 700 quilos de peso no total, em um ano.

b) Indicador

Número de participantes ÷ Total de servidores

5ª) Promover Programa Antitabagismo.

a) Fundamento

Ação essencial em instituição que tenha interesse em desenvolver ações de QVT.

b) Indicador

Número de participantes ÷ Número total do público-alvo selecionado.

6ª) Promover Programa de Unidade de Correção Corporal *in Company*.

a) Fundamento

Ação de suma importância em instituição cujo tipo de trabalho predominante é o informatizado. A formação e a manutenção de consciência corporal evita posturas corporais inadequadas, geradoras de patologias que podem induzir licenças, afastamentos e queda de produtividade.

b) Indicador

Número de participantes ÷ Número de servidores selecionados.

7ª) Revisar, aprimorar e dar continuidade à avaliação de riscos ocupacionais e ambientais em locais de maior exposição, além de contribuir com a capacitação dos fiscais de contratos.

a) Fundamento

A partir de visitas iniciadas por representantes da COSUS, em 2012, em locais considerados de maiores riscos ambientais e ocupacionais, na Comarca da Capital foram detectadas não conformidades, que conduziram à elaboração de relatórios com sinalização de melhorias físicas e à sugestão de melhorias nos contratos de serviço do PJERJ, tanto na elaboração como na fiscalização. Percebeu-se a necessidade de revisar todos os locais, assim como os contratos, analisando-se se as recomendações feitas à época foram implantadas e de aumentar a capacitação dos fiscais com vistas à saúde e segurança dos trabalhadores, de acordo com a legislação vigente.

b) Indicadores

b.1) Número de serventias revisitadas ÷ número de serventias a serem revisitadas.

b.2) Número de fiscais de contratos capacitados ÷ número total de fiscais de contratos

8ª) Apoiar a divulgação e o acompanhamento dos procedimentos atuais adotados pelo PJERJ, para controle da qualidade do ar nos ambientes climatizados, sugerindo melhores práticas.

a) Fundamentos

O ar climatizado deve ser mantido não só em temperatura confortável, mas também com pureza satisfatória, conforme a legislação vigente. Informações a respeito desses procedimentos e de seus resultados devem ser divulgadas, assim como orientações sobre a sua importância para a saúde dos trabalhadores.

b) Indicador

Número de ações para divulgação das informações por ano ÷ Número de ações de divulgação das informações por ano previstas.

9ª) Contribuir com a divulgação do tema Qualidade de Vida no Trabalho.

a) Fundamento

A sensibilização da Instituição através da comunicação interna e da capacitação de seus trabalhadores, com foco em ações de promoção de saúde e segurança no trabalho, são essenciais para o sucesso de uma política de Qualidade de Vida no Trabalho.

b) Indicador

Número de ações de participação ocorridas ÷ número total dessas ações previstas e propostas pela EMERJ/ESAJ/DGCON/ASS COMUNICAÇÃO CORRIGEDORIA.

10ª) Apoiar a manutenção do Plano de Saúde Institucional para Servidores.

a) Fundamento

O Plano de Saúde Institucional é ferramenta que ajuda na promoção do bem-estar, diretamente relacionada à prática de Qualidade de Vida no Trabalho, daí a importância da participação da instituição na negociação, defendendo os interesses dos seus servidores.

b) Indicador

Número de participações ocorridas ÷ número de reuniões.

11ª) Estimular a adesão dos magistrados e servidores à campanha de vacinação contra a gripe e a inclusão da oferta do plano de saúde aos colaboradores dos serviços contratados.

a) Fundamento

As campanhas de vacinação contra a gripe têm demonstrado relação custo-benefício favorável, principalmente no que diz respeito ao índice de satisfação dos trabalhadores por serem atendidos institucionalmente.

b) Indicador

Número de servidores e magistrados atendidos ÷ número de servidores e magistrados total.

12ª) Apoiar o aprimoramento e a divulgação das ações de inclusão de pessoas com deficiência.

a) Fundamento

Ações de inclusão de pessoas com deficiência favorecem o seu bem-estar, tanto quanto à promoção de saúde como de segurança no ambiente do trabalho.

b) Indicadores

b.1) Número de servidores com deficiência atendidos ÷ número total de servidores com deficiência.

b.2) Número de magistrados com deficiência atendidos ÷ número total de magistrados com deficiência.

b.3) Número de colaboradores com deficiência ÷ número total.

13ª) Apoiar e contribuir com ações solidárias através de projetos sociais.

a) Fundamento

Ações de solidariedade promovidas pela instituição constituem forma de elevar a sensação de bem-estar dos servidores voluntários envolvidos.

b) Indicadores

Número de servidores, magistrados, colaboradores envolvidos em ações sociais e jurisdicionais ÷ total de servidores.

14ª) Divulgar o tema QVT nas Serventias de 1º grau e nas dependências da CGJ, com o apoio da Assessoria de Comunicação da CGJ.

a) Fundamento

A sensibilização da Instituição através da comunicação interna e da capacitação de seus servidores, com foco em ações de promoção de saúde e segurança no trabalho são fundamentais para o sucesso de uma política de Qualidade de Vida no Trabalho.

b) Indicador

Número de ações de participação ocorridas ÷ número total dessas ações previstas e propostas pela ASS COMUNICAÇÃO CORREGEDORIA.

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro – PJERJ
Plano de Logística Sustentável - PLS

**CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO RESULTADOS ESPERADOS E
MATRIZ DE RESPONSABILIDADE**

| Iniciativas | Ações | Resultados Esperados | Unidade Responsável | Data Início | Data Fim | Recursos Necessários | Riscos |
|-------------|---|---|-------------------------------|-------------|-------------|-----------------------|--|
| 1 | 1.1 Concluir o diagnóstico das condições de trabalho de duas das seis serventias inicialmente selecionadas, mediante visitas às 2ª e 14ª Varas de Fazenda Pública, sendo a primeira, com processo híbrido, e a segunda, com acervo totalmente virtualizado. | Concluir avaliação e divulgar resultado de 100% dos postos de trabalho selecionados e sugestões de melhorias. | DGPES/ DESAU e DGCOR | Out 2015 | Jun 2016 | Consultoria 40 horas. | Recusa à realização das visitas; indisponibilidade de recursos financeiros para a contratação de consultoria externa. Indisponibilidade de recursos financeiros. |
| | 1.2 Criação do Comitê e Subcomitês de Ergonomia – A partir da experiência do GRERG, promover a criação do Comitê e Subcomitês de Ergonomia com a finalidade de planejar, implantar e coordenar ações de Ergonomia Biomecânica na Capital e no Interior. | Criação de Comitês de Ergonomia com capacidade para atender 50% das demandas relacionadas a Ergonomia. | DGPES/ DESAU | Mar 2016 | Dez 2010 | Consultoria 40 horas. | Falta de apoio da Alta Administração; não adesão de pessoas para composição dos Comitê e Subcomitês. |
| 2 | Estimular a inclusão do tema Ergonomia na Matriz de Competências das Diretorias envolvidas, tais como DGENG, DGLOG, DGPCF, DGCOI, DGTEC, nas ações relativas a planejamento, especificações, compras e orçamento de reformas e | Contribuir com a capacitação de 80% dos gestores através de duas palestras anuais. | DGPES/ DESAU | Mar 2016 | Dez 2020 | Consultoria 40 horas. | Indisponibilidade de recursos financeiros para a contratação de consultoria externa. |
| | | Contribuir com a capacitação de 80% dos demais servidores através de quatro turmas anuais. | | | | | Não adesão do público alvo. Impossibilidade de prever o grau de comprometimento das futuras administrações com as metas |

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro – PJERJ
Plano de Logística Sustentável - PLS

| | | | | | | | |
|---|--|---|-----------------------------------|-------------|-------------|--|---|
| | projetos de novas serventias em parceria com o DEDEP e contribuir com a capacitação de servidores, magistrados e colaboradores em parceria com a ESAJ / EMERJ. | | | | | | definidas no PLS. Indisponibilidade de recursos financeiros para a contratação de consultoria externa. |
| | | Apoiar a aquisição de 100% de mobiliário e equipamento e desenvolver 100% de <i>layout</i> adequado aos seus usuários, em conformidade com as normas técnicas e de ergonomia. | DGPES/ DESAU e DGLOG | Mar 2016 | Dez-20 | Recursos para aquisição de mobiliário, equipamentos e desenvolvimento de <i>layout</i> . | Indisponibilidade de recursos financeiros para a aquisição dos novos itens conforme especificações. |
| | | Incluir "Ergonomia" em 80% das Matrizes de Competência das diretorias envolvidas. | DGPES/ DESAU | Mar 2016 | Dez-20 | Não aplicável. | Impossibilidade de prever o grau de comprometimento das futuras administrações com as metas definidas no PLS. |
| 3 | Promover a realização de Exame Médico Periódico, priorizando os integrantes das serventias visitadas para avaliação das condições de trabalho, à luz da ergonomia biomecânica corretiva, situadas na Capital, como piloto. Serão realizados exames médicos e, caso necessário, exames laboratoriais pelo Plano de Saúde Institucional. Os resultados serão analisados e ações de melhorias de condições do ambiente de trabalho serão propostas. | Atender 80% do total de servidores e magistrados a fim de possibilitar a intervenção médica preventiva. | DGPES/ DESAU | Mar 2016 | Dez 2016 | Não aplicável. | Não adesão do público alvo. |

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro – PJERJ
Plano de Logística Sustentável - PLS

| | | | | | | | |
|---|--|--|-----------------|-------------|-------------|----------------|--|
| | | Apresentar relatórios com resultados encontrados e sugestões de melhorias. | | | | | Impossibilidade do Departamento de Saúde realizar o número total de exames periódicos. |
| 4 | Promover "Programa de Combate à Obesidade" através de realização de ações que estimulem os servidores do PJERJ a se alimentarem melhor e a se exercitarem mais. | Estimular a participação de 80% dos trabalhadores em ações de sensibilização sobre o tema, em parceria com ESAJ/EMERJ através de palestras, cursos, semanas de saúde, dentre outros. | DGPES/ DESAU | Jun 2016 | Dez 2020 | Não aplicável | Não adesão do público alvo. |
| | | Envolver 50% do público alvo em atividades, relacionadas ao tema, oferecidas em parceria com o Plano de Saúde Institucional. | | | | | Não prioritário para a Administração. |
| 5 | Promover Programa Antitabagismo através da identificação de público-alvo e desenvolvimento de ações reconhecidas como eficazes pela literatura. | Reduzir o tabagismo de 10% dos participantes do Programa. | DGPES/ DESAU | Out 2016 | Dez 2020 | Não aplicável. | Não adesão do público alvo. |
| | | | | | | | Não prioritário para a Administração. |
| | | | | | | | Não apoio do Plano de Saúde Institucional. |
| 6 | Promover Programa de UCP <i>in Company</i> , em parceria com o Plano de Saúde Institucional para inclusão, inicialmente, dos servidores com queixas de desconforto identificadas ao exame periódico a ser realizado, assim como daqueles afastados por doenças osteomusculares crônicas, na Capital. | Estimular a participação de 80% dos servidores selecionados nas atividades da UCP <i>in Company</i> . | DGPES/ DESAU | Out 2016 | Out 2017 | Não aplicável. | Não adesão do público alvo. |
| | | | | | | | Não prioritário para a Administração. |

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro – PJERJ
Plano de Logística Sustentável - PLS

| | | | | | | | |
|---|--|---|--|-------------|-------------|-----------------------|--|
| | | | | | | | Não apoio do Plano de Saúde Institucional. |
| 7 | Revisar, aprimorar e dar continuidade à avaliação de riscos ocupacionais e ambientais em locais de maior exposição, contribuir com a capacitação dos fiscais de contratos, sugerindo melhorias no acompanhamento destes e nas condições de trabalho. | Concluir a revisitação de 100% dos locais de maiores riscos ocupacionais e ambientais. | DGPES/ DESAU e DEAPE, | Out 2015 | Out 2016 | Consultoria 40 horas. | Não adesão do público alvo. |
| | | Alcançar a capacitação de 100% de servidores na fiscalização dos contratos de prestação de serviços que envolvam terceirizados à luz das Normas Regulamentadoras do MT. | DEDEP DGLOG e ESAJ | Mar 2016 | Dez 2020 | | Não prioritário para a Administração. |
| 8 | Apoiar a divulgação e o acompanhamento dos procedimentos atuais adotados pelo PJERJ para controle da qualidade do ar nos ambientes climatizados, sugerindo melhores práticas. | Contribuir com a divulgação do calendário anual de limpeza de dutos duas vezes ao ano. | DGENG | Mar 2016 | Ago 2020 | Não aplicável. | Não prioritário para a Administração. |
| | | Contribuir com a elaboração de, pelo menos, dois informativos virtuais ao ano. | DGPES/ DESAU e DGCOM e | | | | |
| | | | Assessoria de Comunicação da Corregedoria | | | | |

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro – PJERJ
Plano de Logística Sustentável - PLS

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|----------|----------|----------------|---|
| 9 | Contribuir com a divulgação do tema Qualidade de Vida no Trabalho por meio de cursos, palestras, "dicas" transmitidas por rádio e e-mail institucionais, além da produção de cartilhas e promoção de "Semanas de Saúde" e de seminários para preparação da aposentadoria. | Contribuir com a elaboração de texto sobre o tema, por trimestre, através da Intranet ou de e-mail institucional. | DGPES | Mar 2016 | Dez 2020 | Não aplicável. | Não adesão do público alvo. |
| | | Contribuir com a divulgação da cartilha "Postura Correta, um desafio: Dicas pas o seu dia a dia" na Intranet. | DGCOM | | | | Não prioritário para a Administração. |
| | | Contribuir com a elaboração de "dicas" semanais através de rádio institucional. | | | | | |
| | | Contribuir com realização de uma palestra por trimestre com videoconferência. | | | | | |
| | | Contribuir com promoção da "Semana de Saúde", uma vez ao ano em comemoração ao "Dia do Servidor". | Assessoria de Comunicação da Corregedoria | | | | Não prioritário para a ESAJ / EMERJ / DGCOM / Ass. Com. Correg. |
| Contribuir com realização de quatro turmas de curso à distância de QVT. | | | | | | | |
| 10 | Apoiar a manutenção do Plano de Saúde Institucional para Servidores através da participação em reuniões de negociações e no desenvolvimento de "Termo de Referência" para futuras licitações, propondo ampliação de ações de promoção de saúde e de benefícios, além de melhorias daquelas já existentes. | Participar de reunião anual de negociação até dez de 2020. | DGPES/ DESAU | Set 2015 | Dez 2020 | Não aplicável. | Não prioritário para a Administração. |

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro – PJERJ
Plano de Logística Sustentável - PLS

| | | | | | | | |
|--|--|---|---|-------------|-------------|---|--|
| | | Participar do desenvolvimento de Termo de Referência sempre que houver nova licitação até 2020. | | | | | Dificuldade nas negociações com a empresa. |
| 11 | Promover a realização anual de Campanha de Vacinação contra a Gripe. | Alcançar a imunização de 60% de servidores e Magistrados. | DGPES/ DESAU | Abr | Jun | Recursos para aquisição de doses para colaboradores e outros | Dificuldade nas negociações com a empresa. |
| | Não prioritário para a Administração. | | | | | | |
| | Não adesão do público alvo. | | | | | | |
| Estimular a adesão às Campanhas, alcançando a imunização de 60% de servidores e Magistrados. | | | | | | Indisponibilidade de recursos financeiros para a aquisição de doses de vacina da gripe. | |
| Apoiar a inclusão de 100% dos colaboradores e outros nas campanhas futuras. | | | | | | | |
| 12 | Contribuir com a divulgação de, pelo menos, uma vez ao mês, do material elaborado. | | DGPES/ DESAU e DGC e EMERJ | Out 2015 | Dez 2020 | Não aplicável. | Não prioritário para a Administração. |
| | Contribuir com a realização de, no mínimo, duas turmas de capacitação até o final do ano. | | | | | | Não adesão do público alvo. |
| | Promover o acompanhamento de 10 % das unidades com servidores com deficiência, por ano. Promover ação para identificação de Magistrados com deficiência, para adequação do posto de trabalho. | | DGPES/ DESAU e EMERJ | Mar 2016 | Dez 2020 | | Impossibilidade do DEDEP acompanhar o número previsto de servidores com deficiência. |
| | | | | | | | Não implementação da ação por questões administrativas. |
| 13 | Contribuir com a sensibilização de 10% de servidores e magistrados para a participação como voluntários em ações promovidas pelo DEAPE. | aumentar em 5% o número de servidores voluntários. | DEAPE | Mar 2016 | Dez 2020 | Não aplicável. | Não prioritário para a Administração. |
| | | | | | | | Não adesão do público alvo. |

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro – PJERJ
Plano de Logística Sustentável - PLS

| | | | | | | |
|----|---|---|---------------------------------|----------|----------|---|
| 14 | Divulgar o tema QVT nas Serventias de 1º grau e nas dependências da CGJ, com o apoio da Ass. de Comunicação da CGJ. | Identificar e propor a mídia adequada ao tipo de sensibilização definida. | DGPES/ DESAU e CGJ | Set 2015 | Dez 2020 | Recursos humanos; recursos financeiros. |
| | | Elaborar o cronograma de implementação das ações p/ Capital/Regionais e para o Interior | | Out 2015 | Dez 2015 | |
| | | Propor, com o auxílio do GRERG, "Programa de QVT, direcionado ao 1º grau". | | Jun 2016 | Set 2016 | |
| | | Incluir no calendário de sustentabilidade e pelo menos 1 ação/ano de QVT voltada para o 1 grau. | | Out 2016 | | |

META GERAL

- Implantar 100% das iniciativas propostas até o ano de 2020.
- Atender a 30%, em média, de todos os servidores, magistrados e colaboradores.

EIXO TEMÁTICO IV

EDUCAÇÃO/COMUNICAÇÃO/SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL

**PAINEL SOBRE
CRISE HÍDRICA**

CRISE HÍDRICA E ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO

Dia 25/06
Palestra: 15h às 18h



**PAINEL SOBRE
CRISE HÍDRICA**

Coordenação: DEAPE/DIGAM – Departamento de Ações Pró-Sustentabilidade

Dia 31/03

AUDITÓRIO
Des. José Navega Cretton
Av. Erasmo Braga, 115, 7º andar
Lámina 1, Fórum Central
Rio de Janeiro – RJ

**PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Comissão de Políticas
Institucionais para Promoção
da Sustentabilidade (COSUS)

Departamento de Ações
Pró-Sustentabilidade (DEAPE)
Divisão de Gestão Ambiental

**Transmissão por
videoconferência**

Serão concedidas horas de
atividades de capacitação pela ESAJ
aos servidores que participarem
do evento (de acordo com a
Resolução CM nº 13/2012).

Serão concedidas horas de estágio
pela CMBRJ para estudantes de
Direito participantes do evento.

Informações: DEAPE/DIGAM | 3133-2336 | 3133-2338



***Eixo IV -Educação/Comunicação/Sensibilização Ambiental
Comitê Temático (CT)***

Coordenação: Carlos Guilherme Guimarães Bon

Subcoordenação: Walter Grynszpan

Representantes da Presidência- DEAPE/DIGAM

Andréa Sales Cristiane Moreira

Cláudia de Sá Cardoso Schkrab

Maria Teresa Guzzo Lia

Ana Paula de Souza Martins Carneiro

Representante da CGJ: Fátima Pires (CGJ), Denise Pires

Participantes: Dra. Admara Schneider / Dra. Ivany Yparraguirre

Grupo de Trabalho (GT)

Integrantes:

1. Denise Pires (DGADM)
2. Débora Schmith (DGCON);
3. Marcus Vinicius de Seixas (CGJ),
4. Ana Paula Lopes (DGPEs),
5. Cleide Casal Oliveira (EMERJ),
6. Alcideia Novaes Smith (DGPEs),
7. Raquel Rocha (CGJ).

• **OBJETIVOS**

- Sensibilizar e conscientizar servidores e magistrados para a importância da adoção de práticas sustentáveis.
- Capacitar servidores para implementar o Plano de Logística Sustentável.
- Divulgar as práticas adotadas de acordo com o Plano de Logística Sustentável e os resultados alcançados.
- Promover o comprometimento de magistrados e servidores com as práticas sustentáveis previstas no Plano de Logística Sustentável.

• **INICIATIVAS**

1ª) Promover a sensibilização, a conscientização e a capacitação de servidores por meio de cursos, palestras, oficinas, encontros e outros eventos.

1.1 Promover, por execução direta ou em colaboração, a cada ano, quatro painéis de debates sobre temas da atualidade, reunindo especialistas.

a) Fundamento

Configuram-se como oportunidade de debates de temas da atualidade e de contato do público interno com especialistas nos assuntos debatidos. Os painéis com temas da atualidade, definidos a cada ano, reunindo especialistas de renome, vêm sendo realizados há dois anos (Protocolo de Quioto e Crise Hídrica); avalia-se que os painéis já entraram para a agenda de eventos de educação ambiental da instituição, havendo expectativa de que se renovem a cada ano.

b) Indicador

Evolução do número de participantes por painel.

1.2 Promover, a cada ano, por execução direta ou em colaboração, seis palestras sobre as práticas a serem adotadas no Judiciário, de acordo com o planejamento dos demais grupos.

a) Fundamento

As palestras, assim como outras atividades de curta duração, exercem considerável atrativo para os servidores, que, em muitos casos, apresentam dificuldades para se ausentarem dos locais de trabalho para frequentar cursos de longa duração. As palestras, ademais, ao contrário dos cursos, podem ser transmitidas por videoconferência, sem prejuízo da absorção de conteúdos.

b) Indicador

Evolução do número de participantes por palestra.

1.3 Promover, por execução direta ou em colaboração, duas oficinas por ano de práticas sustentáveis.

a) Fundamento

As oficinas têm o potencial de sensibilizar e motivar para a adoção de práticas sustentáveis no trabalho e na vida pessoal; disseminam a noção essencial de que a construção de um ambiente saudável e sustentável se faz com pequenas mudanças de hábitos no dia-a-dia.

b) Indicador

Evolução do número de participantes por oficina.

1.4 Promover, por execução direta ou em colaboração, a programação Cine Ambiental, em dois encontros anuais, com projeção de filme seguida de debate.

a) Fundamento

O cinema, seja documentário ou ficção, tem a capacidade de sensibilizar e gerar discussões sobre a questão ambiental, sendo, ao mesmo tempo, uma atividade associada ao lazer, o que pode ser um fator de atração de participantes.

b) Indicador

Evolução do número de participantes por encontro.

1.5 Formar dez turmas por ano do curso sobre sustentabilidade, na modalidade EAD.

a) Fundamento

Os cursos à distância revelam-se como solução ideal para a disseminação de conhecimentos em organizações com servidores que apresentam elevada dispersão geográfica, como é o caso do TJ; permite formar turmas compostas por servidores de diferentes comarcas, possibilitando intensa troca de experiências e informações com a utilização de fóruns de debates, nos quais os participantes podem se manifestar sobre temas propostos pelo tutor.

b) Indicador

Número de concluintes por turma.

1.6 Formar vinte servidores especialistas em Direito Ambiental.

a) Fundamento

a) A inclusão da sustentabilidade na grade de capacitação denota o comprometimento da Instituição com o tema. É crescente o interesse pelo Direito Ambiental, o que pode ser constatado pelo índice, superior a 70%, de servidores da área judicial inscritos na pós-graduação de Direito Ambiental, e à quantidade, em elevação, de 2,8 mil processos relativos à matéria, autuados na primeira instância do TJRJ, no ano de 2015.

b) Indicador

Número de concluintes.

1.7 Promover palestra sobre sustentabilidade em todas as turmas do Programa de Integração Funcional (PIF), destinado a novos servidores, e no Curso de Formação de Chefes de Serventias.

a) Fundamento

São ações de capacitação obrigatórias para os funcionários empossados em cargos efetivos e para os que assumirão função de chefia de serventia; por este motivo, a inclusão da sustentabilidade nas grades destas ações de capacitação denota o compromisso da instituição com o tema.

b) Indicador

Participantes por turma.

1.8 Formar seis turmas por ano do curso presencial Sinergia Ambiental.

a) Fundamento

Curso com grande possibilidade de interiorização, posto que é ministrado por instrutores da Universidade Federal Fluminense, nos núcleos regionais.

b) Indicador

Número de concluintes por turma.

1.9 Formar quatro turmas por ano do curso Direito Ambiental e as Práticas da A3P.

a) Fundamento

É crescente o interesse pelo Direito Ambiental, o que pode ser medido pelo índice superior a 70% de servidores da área judicial inscritos na pós-graduação de Direito Ambiental e pela quantidade, em elevação, de 2,8 mil processos relativos à matéria autuados na primeira instância do TJRJ, no ano de 2015.

b) Indicador

Número de concluintes por turma.

1.10 Formar dez turmas por ano do curso presencial Gestão Ambiental.

a) Fundamento

Curso com grande possibilidade de interiorização, posto ser ministrado tanto por instrutores da Universidade Federal Fluminense como por servidores-instrutores; o curso atinge os chefes de serventias da Capital e do Interior, que terão papel importante na disseminação e na interiorização das ações propostas no PLS.

b) Indicador

Número de concluintes por turma.

1.11 Formar cinco turmas por ano do curso Fundamentos de Ergonomia.

a) Fundamento

O curso promove a disseminação e a conscientização imprescindíveis para o sucesso das ações previstas no eixo Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho (artigo 6º, VII, Res.201/15 CNJ).

b) Indicador

Número de concluintes por turma.

1.12 Formar cinco turmas por ano, sob demanda, de cursos para capacitar os funcionários direta ou indiretamente envolvidos com a implementação do PLS.

a) Fundamento

Ao longo do período de implantação do PLS, serão identificadas pelos demais comitês temáticos necessidades específicas de capacitação nos conhecimentos e habilidades necessários à implementação das ações previstas.

b) Indicador

Número de concluintes por turma.

1.13 Promover um encontro anual de síndicos regionais.

a) Fundamento

Integração dos síndicos às ações do PLS.

b) Indicador

Número de síndicos presentes por encontro.

2ª) Aprimorar indicadores de conscientização e sensibilização.

2.1 Aprimorar a medição das participações de forma a identificar quantos servidores de fato concluem as atividades propostas.

a) Fundamento

A medição por participação, proposta pela Resolução 201, do CNJ, não permite identificar de fato quantos servidores estão expostos às informações, posto que não diferencia um servidor que venha a participar várias vezes das ações propostas.

b) Indicador

Não se aplica.

2.2 Aplicar questionário abrangendo os segmentos de magistrados e servidores com o fim de avaliar o grau de sensibilização para os temas da sustentabilidade.

a) Fundamento

Objetiva a criação de metodologia de aferição do sucesso das ações de sensibilização. O Sistema Integrado de Gestão já dispõe de ferramenta para medição de percepção do usuário. A metodologia utilizada na gestão da qualidade poderá servir de base para a formulação da pesquisa aqui proposta, daí propõe-se a integração no projeto da DGDIN, que coordena os programas de gestão da qualidade do TJ.

b) Indicador

Não se aplica.

3ª) Promover exposições

3.1 Promover exposição sobre Sustentabilidade no Museu da Justiça.

a) Fundamento

Os museus constituem poderoso instrumento de educação, sobretudo pelo caráter não formal e, por vezes, lúdico das atividades que promovem. Segundo as modernas técnicas museológicas, as exposições deixam de ser amostras de objetos para se tornarem exposições multimídia, o que facilita o processo de transmissão do conhecimento e de sensibilização.

b) Indicador

Número de visitantes.

3.2 Percorrer todos os NUR com exposição itinerante sobre Sustentabilidade.

a) Fundamento

Proporcionar aos servidores do interior, ainda que em menor escala, acesso às informações apresentadas na exposição realizada no Museu da Justiça, percorrendo todos os NUR até o final de 2020 (média de seis por ano).

b) Indicador

Exposições itinerantes por ano.

4ª) Promover a sensibilização e a conscientização de magistrados.

4.1 Promover um encontro anual de juízes dirigentes dos núcleos da EMERJ.

a) Fundamento

Os núcleos regionais funcionam como centros irradiadores de informações para os juízes do interior, tendo o juiz dirigente do NUR um papel de formador de opinião.

b) Indicador

Juízes presentes por ano.

4.2 Propor a inclusão de oito horas sobre o tema Sustentabilidade na grade do curso de formação de magistrados.

a) Fundamento

O curso de formação inicial de magistrados constitui momento privilegiado de conscientização do magistrado, que, ao longo da carreira, assumirá posições de comando na instituição; a ampliação da carga horária voltada para o tema denota o compromisso institucional com a Sustentabilidade.

b) Indicador

Número de magistrados participantes.

4.3 Promover um encontro anual de juízes dirigentes dos NUR.

a) Fundamento

Objetiva sensibilizar os magistrados em apoio às ações do PLS, tendo em vista a importância que têm para o sucesso das ações a serem implementadas nas Comarcas do Interior.

b) Indicador

Juízes dirigentes de NUR presentes por ano.

5ª) Elaborar e implementar o Plano de Comunicação do PLS

5.1 Elaborar o Plano de Comunicação do PLS

a) Fundamento

O uso de diversas mídias (cartazes, *pop-ups*, rádio, vídeo, fôlderes etc.), deve ser planejado para a definição de suporte e linguagem mais adequados aos diferentes públicos (magistrados, servidores da área administrativa, da primeira e da segunda instâncias, terceirizados das mais diversas especialidades e estagiários), considerando a necessidade de divulgar as ações previstas no PLS e os resultados que serão alcançados ao longo dos cinco anos de sua implementação.

b) Indicador

Cumprimento do cronograma de elaboração.

5.2 Implementar o Plano de Comunicação do PLS

a) Fundamento

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro – PJERJ
Plano de Logística Sustentável - PLS

O Plano de Comunicação, decomposto nas diferentes ações propostas, será implementado em paralelo e em apoio às diversas ações previstas no PLS.

b) Indicador

Implementação das ações propostas no Plano de Comunicação do PLS.

CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO, RESULTADOS ESPERADOS E MATRIZ DE RESPONSABILIDADES:

| Iniciativas | Ações | Resultados Esperados | Unidade Responsável | Data Início | Data Fim | Recursos Necessários | Riscos |
|-------------|--|---|---------------------|-------------|----------|--|--|
| 1 | 1.1 Promover, por execução direta ou em colaboração, a cada ano, quatro painéis de debates sobre temas da atualidade reunindo especialistas no assunto. | Servidores conscientizados e capacitados. | ESAJ e DEAPE | Jan 2016 | Dez 2020 | Servidores das unidades envolvidas, Recursos financeiros previstos no PAG das unidades envolvidas. | Indisponibilidade de recursos financeiros para a contratação de palestrantes externos; Impossibilidade de prever o grau de comprometimento das futuras administrações do TJ nos biênios 2017 a 2020 com as metas definidas no PLS; Não adesão do público. |
| | 1.2 Promover, por execução direta ou em colaboração, a cada ano, seis palestras para sensibilizar sobre as práticas a serem adotadas no Tribunal de acordo com o planejamento dos demais grupos. | Servidores conscientizados e capacitados. | ESAJ e DEAPE | Jan 2016 | Dez 2020 | Servidores das unidades envolvidas, servidores instrutores. Recursos financeiros previstos no PAG das unidades envolvidas. | Indisponibilidade de recursos financeiros para a contratação de palestrantes externos; Impossibilidade de prever o grau de comprometimento das futuras administrações do TJ nos biênios 2017 a 2020 com as metas definidas no PLS; Falta de disponibilidade de palestrantes internos; Não adesão do público. |
| | 1.3 Promover, por execução direta ou em colaboração, duas oficinas por ano de práticas sustentáveis. | Servidores conscientizados e capacitados. | ESAJ e DEAPE | Jan 2016 | Dez 2020 | Servidores das unidades envolvidas, servidores instrutores. Recursos financeiros previstos no PAG das unidades envolvidas. | Indisponibilidade de recursos financeiros para a contratação de palestrantes externos; Impossibilidade de prever o grau de comprometimento das futuras administrações do TJ nos biênios 2017 a 2020 com as metas definidas no PLS; Falta de disponibilidade de palestrantes internos; Não adesão do público. |
| | 1.4 Promover, por execução direta ou em colaboração, a programação | Servidores conscientizados e capacitados. | ESAJ e DEAPE | Jan 2016 | Dez 2020 | Servidores das unidades envolvidas, servidores instrutores. | Indisponibilidade de recursos financeiros para a contratação de palestrantes externos; Impossibilidade de |

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro – PJERJ
Plano de Logística Sustentável - PLS

| | | | | | | | |
|--|---|---|--------------|----------|----------|--|---|
| | Cine Ambiental em dois encontros anuais com projeção de filme seguida de debate. | | | | | Recursos financeiros previstos no PAG das unidades envolvidas. | prever o grau de comprometimento das futuras administrações do TJ nos biênios 2017 a 2020 com as metas definidas no PLS; Não adesão do público. |
| | 1.5 Formar dez turmas por ano do curso Sustentabilidade na modalidade EAD. | Servidores conscientizados e capacitados. | ESAJ e DEAPE | Jan 2016 | Dez 2020 | Servidores das unidades envolvidas, servidores instrutores. Recursos financeiros previstos no PAG das unidades envolvidas. | Impossibilidade de prever o grau de comprometimento das futuras administrações do TJ nos biênios 2017 a 2020 com as metas definidas no PLS; Falta de disponibilidade de instrutores e tutores; Não adesão do público. |
| | 1.6 Formar vinte servidores especialistas em Direito Ambiental. | Servidores conscientizados e capacitados. | ESAJ | Ago 2015 | Dez 2016 | Servidores das unidades envolvidas, servidores instrutores. Recursos financeiros previstos no PAG das unidades envolvidas. | Evasão de alunos superior à esperada. |
| | 1.7 Promover palestra sobre Sustentabilidade em todas as turmas do Programa de Integração Funcional (PIF), para novos servidores, e do Curso de Formação de Chefes de Serventias. | Servidores conscientizados e capacitados. | ESAJ e DEAPE | Jan 2016 | Dez 2020 | Servidores das unidades envolvidas, servidores instrutores. Recursos financeiros previstos no PAG das unidades envolvidas. | Impossibilidade de prever o grau de comprometimento das futuras administrações do TJ nos biênios 2017 a 2020 com as metas definidas no PLS; Falta de disponibilidade de instrutores e tutores. Não haver chamada do PIF ou indicação de novos chefes de serventias. |
| | 1.8 Formar seis turmas por ano do curso presencial Sinergia Ambiental. | Servidores conscientizados e capacitados. | ESAJ | Jan 2016 | Dez 2020 | Servidores das unidades envolvidas, servidores instrutores. Recursos financeiros previstos no PAG das unidades envolvidas. | Impossibilidade de prever o grau de comprometimento das futuras administrações do TJ nos biênios 2017 a 2020 com as metas definidas no PLS; Falta de disponibilidade de instrutores. |
| | 1.9 Formar quatro turmas por ano do curso Direito Ambiental e as Práticas da A3P. | Servidores conscientizados e capacitados. | ESAJ e DEAPE | Jan 2016 | Dez 2020 | Servidores das unidades envolvidas, magistrados instrutores. Recursos financeiros previstos no PAG das unidades envolvidas. | Impossibilidade de prever o grau de comprometimento das futuras administrações do TJ nos biênios 2017 a 2020 com as metas definidas no PLS; Falta de disponibilidade de instrutores. |
| | 1.10 Formar dez turmas por ano do curso presencial Gestão Ambiental. | Servidores conscientizados e capacitados. | ESAJ e DEAPE | Jan 2016 | Dez 2020 | Servidores das unidades envolvidas, servidores instrutores. | Impossibilidade de prever o grau de comprometimento das futuras administrações do TJ nos biênios 2017 |

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro – PJERJ
Plano de Logística Sustentável - PLS

| | | | | | | | |
|---|---|---|--------------------------------|-------------|-------------|---|--|
| | | | | | | Recursos financeiros previstos no PAG das unidades envolvidas. | a 2020 com as metas definidas no PLS; Falta de disponibilidade de instrutores e tutores. |
| | 1.11 Formar cinco turmas por ano do curso Fundamentos de Ergonomia. | Servidores conscientizados e capacitados. | ESAJ DESAU | Jan 2016 | Dez 2020 | Servidores das unidades envolvidas, servidores instrutores. Recursos financeiros previstos no PAG das unidades envolvidas. | Indisponibilidade de recursos financeiros para a contratação de palestrantes externos; Impossibilidade de prever o grau de comprometimento das futuras administrações do TJ nos biênios 2017 a 2020 com as metas definidas no PLS; Falta de disponibilidade de instrutores. |
| | 1.12 Formar cinco turmas por ano, sob demanda, de cursos para capacitar os funcionários diretamente ou indiretamente envolvidos com a implementação do PLS. | Servidores conscientizados e capacitados. | ESAJ e DEAPE | Jan 2016 | Dez 2020 | Servidores das unidades envolvidas, servidores instrutores. Recursos financeiros previstos no PAG das unidades envolvidas. | Indisponibilidade de recursos financeiros para a contratação de palestrantes externos; Impossibilidade de prever o grau de comprometimento das futuras administrações do TJ nos biênios 2017 a 2020 com as metas definidas no PLS; Falta de disponibilidade de instrutores e tutores. Não estruturação das demandas pelos comitês temáticos. |
| | 1.13 Promover um encontro anual de síndicos regionais. | Servidores conscientizados e capacitados. | ESAJ e DEAPE e CGJ | Jan 2016 | Dez 2020 | Servidores das unidades envolvidas, servidores instrutores. Recursos financeiros previstos no PAG das unidades envolvidas. | Indisponibilidade de recursos financeiros para a contratação de palestrantes externos; Impossibilidade de prever o grau de comprometimento das futuras administrações do TJ nos biênios 2017 a 2020 com as metas definidas no PLS; Impossibilidade de comparecimento dos síndicos. |
| 2 | 2.1 Aprimorar a medição das participações de forma a identificar quantos servidores de fato concluem as atividades propostas. | Indicadores aprimorados | ESAJ | Jan 2016 | Dez 2020 | Sistema de Controle de Cursos (SCC). Fábrica de Software (DGTEC). | Concorrência com outras prioridades de manutenção evolutiva de sistemas informatizados. |
| | 2.2 Aplicar questionário abrangendo segmentos de magistrados e servidores com o fim de avaliar o grau de | Indicadores aprimorados | ESAJ e DEAPE | Nov 2016 | Dez 2020 | Servidores das unidades envolvidas, Planilhas para consolidar resultados. | Baixo índice de respostas obtidas. |

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro – PJERJ
Plano de Logística Sustentável - PLS

| | | | | | | | |
|---|--|---|--|----------|----------|--|--|
| | sensibilização para o tema Sustentabilidade. | | | | | | |
| 3 | 3.1 Promover exposição sobre Sustentabilidade no Museu da Justiça. | Exposição realizada. | DGCOM e DEAPE | Jun 2016 | Dez 2016 | Servidores das unidades envolvidas. Recursos financeiros inscritos no PAG das unidades envolvidas. | Emergência de outros temas como prioridade para a promoção de exposições no período. |
| | 3.2 Percorrer todos os NUR com exposição itinerante sobre Sustentabilidade. | Exposições itinerantes realizadas. | DGCOM e DEAPE | Jan 2017 | Dez 2020 | Servidores das unidades envolvidas, Recursos financeiros inscritos no PAG das unidades envolvidas. | Indisponibilidade de local para realização da exposição. |
| 4 | 4.1 Promover um encontro anual de juízes dirigentes dos núcleos da EMERJ. | Encontro realizado. | EMERJ e DEAPE | Set 2016 | Dez 2020 | Servidores das unidades envolvidas. Recursos financeiros inscritos no PAG das unidades envolvidas. | Impossibilidade de comparecimento de todos os juízes dirigentes. |
| | 4.2 Promover a inclusão de 8 horas sobre o tema Sustentabilidade na grade do curso de formação de magistrados. | Tema incluído na grade. | EMERJ e DEAPE | Jan 2016 | Dez 2020 | Servidores das unidades envolvidas, Recursos financeiros inscritos no PAG das unidades envolvidas. | Concorrência do tema com outros considerados de impacto mais imediato sobre a prática dos magistrados. |
| | 4.3 Promover um encontro anual de juízes dirigentes dos NUR. | Encontro realizado. | CGJ e EMERJ | Set 2016 | Dez 2020 | Servidores das unidades envolvidas, Recursos financeiros inscritos no PAG das unidades envolvidas. | Impossibilidade de comparecimento de todos os juízes dirigentes. |
| 5 | 5.1 Elaborar o Plano de Comunicação do PLS. | Plano Elaborado. | DEAPE e DGCOM e Assessoria de Comunicação da CGJ | Out 2015 | Jun 2016 | Servidores das unidades envolvidas. Recursos financeiros inscritos no PAG das unidades envolvidas. | Dificuldade, dada a diversidade, de mapear os diferentes perfis de públicos. |
| | 5.2 Implementar o Plano de Comunicação do PLS. | Ações propostas no plano implementadas. | DGCOM e Assessoria de Comunicação da CGJ e DEAPE | Jul 2016 | Dez 2020 | Servidores das unidades envolvidas, Recursos financeiros inscritos no PAG das unidades envolvidas. | Indisponibilidade de recursos. |

OBSERVAÇÃO: A denominação dos cursos e outros eventos poderá sofrer alterações ao longo do período de implantação do PLS, devendo-se manter, em caso de

alteração, as quantidades definidas.

- **METAS GERAIS**

- Incremento anual de vinte por cento de participações em ações de capacitação e sensibilização (cursos, palestras, oficinas, painéis e seminários), considerando-se a linha de base (5400).

- Definir metas de sensibilização a partir dos resultados do primeiro questionário sobre sensibilização, a ser aplicado em 2016.

EIXO TEMÁTICO V

LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Ato Normativo nº 6/2014
Padronizou as minutas de editais com a introdução de critérios sustentáveis.
Ato Executivo nº 5.298/2013. Instituiu o “Guia Verde”



Eixo V - Licitações Sustentáveis

Comitê Temático (CT)

Coordenação: Erick Huguenin

Subcoordenação: Carla Côrtes

Representantes da Presidência - DEAPE/DIGAM

Rosilea Di Mais Palheiro

Andréa Sales Cristiane Moreira

Cláudia de Sá Cardoso Schkrab

Maria Teresa Guzzo Lia

Ana Paula de Souza Martins Carneiro

Representante da CGJ: Fátima Pires

Grupo de Trabalho (GT)

Integrantes:

1. Cláudio Almeida (DGENG)
2. Joel Beltrão (DGLOG)
3. Fernando Malcher (DGENG)
4. Sandra Maria Santos Gonçalves (DGLOG)

• **OBJETIVO**

Garantir, com a implementação das iniciativas propostas, a realização de doações, outorgas, obras, compras, contratações e licitações efetivamente sustentáveis, com a observância de critérios sociais, ambientais e econômicos que proporcionem não somente a melhor gestão dos resíduos sólidos eventualmente gerados, mas também a redução dos impactos ambientais eventualmente causados ao longo da execução da prestação jurisdicional.

• **INICIATIVAS**

1ª)Elaboração de minutas padronizadas de editais para a licitação de materiais inservíveis.

a) Fundamento

Melhor uso do espaço físico utilizado para a guarda dos inservíveis e garantir que estes sejam destinados de forma sustentável, mitigando-se o impacto ambiental.

b) Indicador

Número de alienações realizadas.

2ª)Promoção da doação sustentável dos bens, materiais e equipamentos classificados como inservíveis e não alienados.

a) Fundamento

Melhor uso do espaço físico utilizado para a guarda dos inservíveis e garantir que estes sejam destinados de forma sustentável, mitigando-se o impacto ambiental, bem como promover a inserção social.

b) Indicador

Número de doações realizadas.

3ª) Inserção da logística reversa nos contratos.

a) Fundamento

Garantir que o descarte seja feito de forma sustentável, mitigando-se o impacto ambiental e evitando-se dano à saúde dos que manipulam tal material.

b) Indicador

Número de licitações homologadas com essas regras.

4ª) Regulamentação das permissões de uso de espaços por terceiros, nos prédios do Poder Judiciário, no tocante à sustentabilidade.

a) Fundamento

Garantir, nas outorgas de permissão de uso, a observância dos critérios de sustentabilidade previstos nos respectivos termos de permissão, mitigando-se o impacto ambiental.

b) Indicador

Quantidade de termos de permissão formalizados com a observância desses critérios.

5ª) Avaliação de resultados decorrentes da aplicação do Ato Normativo nº 06/2014.

a) Fundamento

Garantir que as minutas padronizadas de edital e termos de ajustes estejam em permanente consonância com os critérios, requisitos e condições necessários para a promoção de licitações sustentáveis.

b) Indicador

Número de licitações homologadas com essas regras.

6ª) Realização de compras compartilhadas.

a) Fundamento

Garantir maior economia com a compra em escala.

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro – PJERJ
Plano de Logística Sustentável - PLS

b) Indicador

Preço do objeto adjudicado inferior ao preço praticado para outro órgão público, sem a utilização da compra compartilhada.

7ª) Ampliação do Guia Verde com a inclusão de itens sustentáveis e a priorização de sua utilização, considerando que apenas 11% das compras realizadas pelo Poder Judiciário são compostas por itens sustentáveis.

a) Fundamento

Adquirir bem, material ou equipamento com características de qualidade que proporcionem a redução do impacto ao meio ambiente e à saúde.

b) Indicador

Número de itens sustentáveis adjudicados.

CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO, RESULTADOS ESPERADOS E MATRIZ DE RESPONSABILIDADES:

| Iniciativas | Ações | Resultados Esperados | Unidade Responsável | Data Início | Data Fim | Recursos Necessários | Riscos |
|-------------|--|---|---|-------------|-------------|--|---|
| 1 | <p>1.1 Levantar inventário de bens, materiais e equipamentos classificados inservíveis;</p> <p>1.2 Definir requisitos e condições mínimas para alienação sustentável;</p> <p>1.3 Identificar mecanismos de fiscalização quanto ao cumprimento desses requisitos e condições por parte dos adquirentes;</p> <p>1.4 Elaborar minutas padronizadas de editais para alienação sustentável de bens, materiais e equipamentos inservíveis;</p> <p>1.5 Promover a</p> | <p>Alienar a totalidade dos bens, materiais e equipamentos classificados como inservíveis para o Poder Judiciário;</p> <p>Desmobilizar os inservíveis inventariados do espaço físico em que se encontram depositados.</p> | DGLOG/ DELFA, DEPAM, DETRA e DGTEC e DGENG | Set 2015 | Set 2016 | Sistema informatizado para o levantamento do inventário e seu monitoramento; Treinamento dos servidores e colaboradores no respectivo sistema; Capacitação dos servidores e colaboradores para a identificação dos requisitos e condições mínimas de sustentabilidade necessários nos editais. | A falta de interessados no rol do inventário dos inservíveis. |

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro – PJERJ
Plano de Logística Sustentável - PLS

| | | | | | | | |
|---|---|--|---|-------------|-------------|--|---|
| | alienação do rol constante do inventário. | | | | | | |
| 2 | <p>2.1 Levantar inventário de bens, materiais e equipamentos classificados como inservíveis para o Poder Judiciário, não alienados e passíveis de doação sustentável;</p> <p>2.2 Definir os requisitos e condições mínimas para a doação sustentável;</p> <p>2.3 Identificar mecanismos de fiscalização quanto ao cumprimento desses requisitos e condições por parte dos donatários;</p> <p>2.4 Definir minutas padronizadas de termos de doação sustentável;</p> <p>2.5 Selecionar destinatários que atendam ao rol mínimo de requisitos e condições no tocante à sustentabilidade.</p> | <p>Promover a doação sustentável da totalidade dos bens, materiais e equipamentos, em especial os insuscetíveis de alienação onerosa;</p> <p>Desmobilizar os inservíveis do espaço físico em que se encontram ora depositados.</p> | DGLOG/ DELFA, DEPAM, DETRA e DGTEC e DGENG | Set 2015 | Set 2016 | <p>Sistema informatizado para levantamento do inventário e seu monitoramento;</p> <p>Treinamento dos servidores e colaboradores no respectivo sistema;</p> <p>Capacitação dos servidores e colaboradores para a identificação dos requisitos e condições mínimas de sustentabilidade necessários nos editais.</p> | A falta de interessados no rol do inventário dos inservíveis. |
| 3 | <p>3.1 Identificar no âmbito do Poder Judiciário as aquisições e os serviços suscetíveis de logística reversa;</p> <p>3.2 Estabelecer requisitos e condições mínimas para a realização da logística reversa de acordo com a especificidade da aquisição ou contratação;</p> <p>3.3 Identificar mecanismos de</p> | Promover a logística reversa na totalidade das aquisições e dos contratos do Poder Judiciário. | DGLOG/ DELFA, DECAN, DEPAM, DETRA e DGTEC | Set 2015 | Set 2016 | <p>Sistema informatizado para levantamento do inventário bem como a gestão e monitoramento da aplicação da logística reversa;</p> <p>Treinamento dos servidores e colaboradores no respectivo sistema;</p> <p>Capacitação dos servidores e colaboradores para a identificação dos requisitos e condições mínimas de sustentabilidade necessários nos</p> | O não cumprimento da logística reversa por parte do contratado. |

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro – PJERJ
Plano de Logística Sustentável - PLS

| | | | | | | | |
|---|---|---|---------------------|----------|----------|---|--|
| | <p>fiscalização quanto ao cumprimento desses requisitos e condições mínimas por parte contratados e/ou fabricantes envolvidos diretamente no fornecimento dos bens, materiais, equipamentos e serviços;</p> <p>3.4 Elaborar minutas padronizadas de editais de licitação bem como de termos de contrato que garanta a execução da logística reversa.</p> | | | | | editais. | |
| 4 | <p>4.1 Identificar os requisitos e condições mínimas para atendimento às normas de sustentabilidade aplicáveis à cada tipo de permissão de uso de espaço por terceiros nos prédios do Poder Judiciário;</p> <p>4.2 Estabelecer mecanismos de fiscalização quanto ao cumprimento desses requisitos e condições mínimas por parte do permissionário;</p> <p>4.3 Elaborar minutas padronizadas de Editais e de Termos de Permissão de Uso que garantam a aplicação das normas de sustentabilidade.</p> | Estabelecer normas atinentes à sustentabilidade na totalidade das Permissões de uso de espaços por terceiros nos prédios do TJ. | DGLOG/ DELFA, DEIOP | Set 2015 | Set 2016 | <p>Sistema informatizado para gestão e monitoramento da aplicação das normas de sustentabilidade;</p> <p>Treinamento dos servidores e colaboradores no respectivo sistema;</p> <p>Capacitação dos servidores e colaboradores para a identificação dos requisitos e condições mínimas de sustentabilidade necessários nos editais.</p> | O não cumprimento dos requisitos e condições mínimos estabelecidos nos editais e nos termos de permissão de uso. |
| 5 | 5.1 Levantar os certames em que foram utilizadas os critérios de sustentabilidades previstos nas minutas publicadas no Ato | Estabelecer o diagnóstico das aquisições e contratações decorrentes das minutas publicadas no Ato Normativo | DGLOG/ DELFA | Set 2015 | Set 2016 | <p>Sistema informatizado para levantamento do inventário e seu monitoramento;</p> <p>Treinamento dos servidores e colaboradores no</p> | Eventual redução da competitividade. |

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro – PJERJ
Plano de Logística Sustentável - PLS

| | | | | | | | |
|---|--|---|---|----------|----------|--|---|
| | <p>Normativo nº 06/2014;</p> <p>5.2 Identificar casos de uso dos critérios ali previstos;</p> <p>5.3 Evidenciar a existência de impugnações e/ou recursos contra a aplicação desses critérios;</p> <p>5.4 Enunciar determinações, recomendações e eventuais orientações por parte do TCE/RJ em face dos editais e contratos decorrentes desses critérios;</p> <p>5.5 Propor ações de ajustes e eventuais melhorias nas respectivas minutas padronizadas de editais com base na análise do diagnóstico das aquisições e contratações de serviços decorrentes do referido Ato Normativo.</p> | nº 06/2014. | | | | <p>respectivo sistema;</p> <p>Capacitação dos servidores e colaboradores para a identificação dos requisitos e condições mínimas de sustentabilidade necessários nos editais.</p> | |
| 6 | <p>6.1 Identificar aquisições e contratações do Poder Judiciário suscetíveis de licitações realizadas em conjunto com outros órgãos públicos;</p> <p>6.2 Integrar o Poder Judiciário nos sistemas e portais eletrônicos de compras públicas existentes no cenário nacional, tais como COMPRASNET, SIGA (ERJ), por exemplo;</p> | Promover economia em escala com base na realização de Compras compartilhadas. | DGLOG/ DELFA, DECAN, DEPAM e DGTEC | Set 2015 | Set 2016 | <p>Integração com os Sistemas Eletrônicos existentes de Compras e Contratações Públicas;</p> <p>Treinamento dos servidores e colaboradores nos respectivos sistemas;</p> <p>Capacitação dos servidores e colaboradores para a seleção das Intenções de Registro de Preços bem como para a elaboração de editais e termos de contratos voltados às compras compartilhadas</p> | Dispêndio de tempo maior para a fase preparatória do processo de licitação. |

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro – PJERJ
Plano de Logística Sustentável - PLS

| | | | | | | | |
|---|---|--|---------------------------|-------------|-------------|--|--|
| | <p>6.3 Selecionar as intenções de registro de preços de aquisições e serviços de outros órgãos públicos, cujos objetos atendam aos interesses do Poder Judiciário;</p> <p>6.4 Buscar padronizações mínimas de qualidade das aquisições e dos serviços comuns aos diversos órgãos públicos;</p> <p>6.5 Promover a divulgação da intenção de realização de editais de registros de preços a serem licitados pelo Poder Judiciário.</p> | | | | | | |
| 7 | <p>7.1 Levantar os itens adquiridos costumeiramente pelo Poder Judiciário, bem como aqueles fornecidos nas contratações de serviços;</p> <p>7.2 Identificar aqueles que não preencheram os parâmetros de sustentabilidade em sua especificação;</p> <p>7.3 Elencar os itens adquiridos que atendam às normas de sustentabilidade mas que não estão no rol de itens do Guia Verde;</p> <p>7.4 Integrar ao Guia Verde itens sustentáveis adquiridos por outros órgãos públicos e que atendam aos interesses do Poder Judiciário;</p> <p>7.5 Promover consulta pública</p> | Promover preferencialmente a aquisição de itens sustentáveis publicados no Guia Verde. | DGLOG/ DELFA, DEPAM | Set 2015 | Set 2016 | <p>Integração com os Sistemas Eletrônicos existentes de Compras e Contratações Públicas;</p> <p>Treinamento dos servidores e colaboradores nos respectivos sistemas;</p> <p>Capacitação dos servidores e colaboradores para a seleção das Intenções de Registro de Preços bem como para a elaboração de editais e termos de contratos voltados às compras compartilhada.</p> | Eventual aumento do preço do item adjudicado no momento inicial das aquisições até a acomodação do mercado ao novo padrão mínimo de qualidade previsto nos itens sustentáveis. |

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro – PJERJ
Plano de Logística Sustentável - PLS

| | | | | | | |
|---|--|--|--|--|--|--|
| <p>objetivando a inclusão ao Guia Verde de itens sustentáveis novos no mercado que possam atender ao interesse do Poder Judiciário;</p> <p>7.6 Promover cotações eletrônicas nos Portais de Compras Públicas;</p> <p>7.7 Divulgar na internet o rol atualizado do Guia Verde do Poder Judiciário;</p> <p>7.8 Priorizar as aquisições do Poder Judiciário com base nos itens sustentáveis disponíveis no Guia Verde.</p> | | | | | | |
|---|--|--|--|--|--|--|

META GERAL

- Implementar em sua totalidade as iniciativas propostas no Projeto Licitações Sustentáveis.

EIXO TEMÁTICO VI

CONSTRUÇÕES SUSTENTÁVEIS



Teto Verde: Lâmina III e Anexo

Eixo VI – Construções Sustentáveis

Comitê Temático (CT)

Coordenador: Fernando de Menezes da Gama Malcher

Subcoordenador: Joel Beltrão Jarque

Representantes da Presidência - DEAPE/DIGAM

Rosilea Di Mais Palheiro

Andréa Sales Cristiane Moreira

Cláudia de Sá Cardoso Schkrab

Maria Teresa Guzzo Lia

Ana Paula de Souza Martins Carneiro

Representante da CGJ: Denise Pires Coelho Reis

Grupo de Trabalho (GT)

Integrantes:

1. Antônio Carlos Pereira Alves (DGENG)
2. Cláudio Almeida (DGENG)
3. Rita Cristina Ventura (DGENG)
4. Márcia Monteiro Barros Heffer da Costa (DGENG)
5. Ricardo Alves dos Reis (DGLOG)
6. Marcelo Tristão Batista (DGLOG)

• **OBJETIVO**

Promover a integração do ser humano com o meio ambiente, através da execução de obras de construção e reforma cujos projetos contemplem a acessibilidade (inclusão social), o conforto térmico e a utilização de materiais que proporcionem menor impacto ambiental, além da utilização racional dos recursos naturais de modo a economizar água e energia, utilizando as tecnologias já disponíveis no mercado, obedecendo a legislação e as normas técnicas vigentes.

• **INICIATIVAS**

1ª) Avaliação dos prédios já construídos e inclusão de itens sustentáveis.

a) Fundamento

Nos últimos 5 (cinco) anos, a DGENG já vem implementando critérios de sustentabilidade nos projetos de prédios novos ou de reforma, mas se devem estender tais melhorias a número maior de edificações existentes sem previsão de reforma.

b) Indicador

Quantidade de prédios que sofreram intervenção para o alcance da meta/ quantidade de prédios do PJERJ que possuem menos de cinco itens de sustentabilidade em julho/2015 x 100

2ª)Elaboração e Implementação do Manual de Práticas Construtivas Sustentáveis do PJERJ.

a) Fundamento

Difundindo a cultura da sustentabilidade no âmbito da DGENG junto aos profissionais responsáveis por todas as fases do ciclo de vida das edificações (execução do projeto, execução da construção/reforma, manutenção e destinação final), verifica-se a necessidade de normatização das atividades através de manual que consolide normas e procedimentos operacionais objetivos.

b) Indicador

Percentual de conclusão do manual em relação ao previsto.

3ª)Etiqueta PROCEL EDIFICA em 20% (3 prédios) dos prédios novos a partir de 2009 (15 prédios), um a cada 2 anos, até 2020: 1 em 2016 – Prédio de Niterói ; 1 em 2018 e 1 em 2020.

a) Fundamento

Servir de exemplo como poder público estadual, dando visibilidade quanto ao atendimento ao Plano Nacional de Eficiência Energética – PNE.

b) Indicador

Percentual de Etiquetagem em relação ao previsto.

CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO RESULTADOS ESPERADOS E MATRIZ DE RESPONSABILIDADE

| Iniciativas | Ações | Resultados Esperados | Unidade Responsável | Data Início | Data Fim | Recursos Necessários | Riscos |
|-------------|---|--|---------------------------|-------------|-------------|----------------------|--|
| 1 | 1.1 Levantamento dos itens sustentáveis existentes em cada prédio do PJERJ. | Relação dos prédios que contenham menos de cinco itens sustentáveis. | DGENG/ DEPLA, DEMAN | Out 2015 | Mar 2016 | Equipe da DGENG. | Eventuais óbices no decorrer dos procedimentos licitatórios, bem como interferências decorrentes das ocupações dos prédios e fornecimento dos materiais (hidrômetros). |

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro – PJERJ
Plano de Logística Sustentável - PLS

| | | | | | | | |
|---|---|--|---|-------------|-------------|--|--|
| | 1.2 Avaliação técnica e econômica para a inclusão de itens sustentáveis e elaboração de projetos. | Relação dos prédios contemplados e serviços a serem realizados. | DGENG/ DEPLA | Abr 2016 | Mar 2017 | Relação dos prédios que contenham menos de cinco itens sustentáveis. | Eventuais óbices no decorrer dos procedimentos licitatórios, bem como interferências decorrentes das ocupações dos prédios e fornecimento dos materiais (hidrômetros). |
| | 1.3 Programação da obtenção dos recursos. | Disponibilização dos recursos por meio de aquisição de materiais. | DGENG/ DEMAN, DGLOG/ DEPAM, DELFA | Abr 2017 | Set 2017 | Registro de Preços. | Eventuais óbices no decorrer dos procedimentos licitatórios, bem como interferências decorrentes das ocupações dos prédios e fornecimento dos materiais (hidrômetros). |
| | 1.4 Execução dos projetos. | Introdução dos itens sustentáveis nos prédios selecionados. | DGENG/ DEMAN | Out 2017 | Dez 2020 | Materiais e serviços. | Eventuais óbices no decorrer dos procedimentos licitatórios, bem como interferências decorrentes das ocupações dos prédios e fornecimento dos materiais (hidrômetros). |
| 2 | 2.1 Capacitação da equipe da DGENG. | Profissionais aptos à elaboração de Manual de Práticas Construtivas Sustentáveis do PJERJ. | DGENG | Set 2015 | Dez 2016 | Treinamento. | |
| | 2.2 Elaboração de Manual de Práticas Construtivas Sustentáveis do PJERJ no âmbito da DGENG. | Manual de Práticas Construtivas Sustentáveis do PJERJ. | DGENG/ DEPLA | Jan 2017 | Jun 2017 | Profissionais capacitados. | |
| | 2.3 Implementação o das boas práticas ambientais no âmbito da DGENG. | Aplicação das boas práticas ambientais pelas equipes de projeto, fiscalização e manutenção, contemplando todo o ciclo de vida das edificações. | DGENG DEMAN, DEPLA, DEFOB | Jul 2016 | Dez 2020 | Manual de Práticas Construtivas Sustentáveis do PJERJ. | |
| 3 | 3.1 Definição de cronograma de implantação da etiqueta PROCEL EDIFICA | Seleção de 2 prédios, além do Prédio de Niterói, construídos a partir de 2009 | DEPLA/ DEMAN | Set 2015 | Out 2015 | Equipe DGENG | Eventuais óbices no decorrer dos procedimentos licitatórios, |

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro – PJERJ
Plano de Logística Sustentável - PLS

| | | | | | | | |
|--|--|---------------------------|--|-------------|-------------|-------------------------|---|
| | 3.2 Licitação de Consultoria Técnica de apoio à Etiquetação, por prédio. | Consultoria contratada. | DEAPE DGLOG/ DECAN e DELFA | Nov 2015 | Out 2019 | Recursos Financeiros | Eventuais óbices no decorrer dos procedimentos licitatórios |
| | 3.3 Licitação de Certificadora de Etiqueta PROCEL EDIFICA, por prédio. | Certificadora contratada. | DEAPE DGLOG/ DECAN e DELFA | Fev 2016 | Fev 2020 | Recursos Financeiros | Eventuais óbices no decorrer dos procedimentos licitatórios |

META GERAL

- Execução de, no mínimo, cinco itens sustentáveis, viáveis técnica e economicamente, em 20% (vinte por cento) dos prédios do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, que ainda não contemplem a quantidade mínima estabelecida nesta meta, até o ano de 2020.
- Implementar, até o ano de 2020, as práticas construtivas sustentáveis em todo o ciclo de vida das edificações do PJERJ, contemplando as fases de planejamento, execução, manutenção (durante a vida útil) e sua destinação final, a partir da publicação do Plano de Logística Sustentável (PLS).

EIXO TEMÁTICO VII

RESPONSABILIDADE SOCIAL



Eixo VII – Responsabilidade Social

Comitê Temático (CT)

Coordenador Geral: Rosilea Di Mais Palheiro

Subcoordenadora: Marilena Lemos da Silva

Integrantes:

1. Andréa Sales Cristiane Moreira (DEAPE)
2. Cláudia de Sá Cardoso Schkrab (DEAPE)
3. Maria Teresa Guzzo Lia (DEAPE)
4. Ana Paula de Souza Martins Carneiro (DEAPE)
5. Roberta Marília Navaes Ferreira (DEAPE)

O conceito de responsabilidade social foi originariamente proposto no âmbito do Conselho Organizacional Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD). Consiste em ações e projetos que visam contribuir para uma sociedade mais justa e solidária e para um meio ambiente ecologicamente sustentável. Segundo a norma ABNT NBR 16001:2012, a responsabilidade social consiste na responsabilidade de uma organização pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente, por meio de comportamento ético e transparente que contribua para o desenvolvimento sustentável, inclusive a saúde e o bem estar da sociedade; leve em consideração as expectativas das partes interessadas; esteja em conformidade com a legislação aplicável; seja consistente com as normas internacionais de comportamento; esteja integrada em toda a organização e seja praticada em suas relações.

- **OBJETIVOS**

- Ampliar os Projetos de Inclusão Social, possibilitando aos beneficiários, residentes nas proximidades das unidades operacionais do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, exercer suas atividades de capacitação e preparação para o mercado de trabalho com o mínimo de deslocamento, diminuindo os impactos sobre a mobilidade urbana.
- Propiciar aos magistrados e serventuários das comarcas do ERJ a oportunidade de participar da capacitação e profissionalização de pessoas em vulnerabilidade social atendidas pelos programas de inclusão social e do desenvolvimento operacional de Projeto de Inclusão Social.

- **INICIATIVAS**

1ª) PROGRAMA PAIS TRABALHANDO

a) Fundamento

O Programa Pais Trabalhando conta com 154 postos de trabalho, que atendem a pessoas em vulnerabilidade social, encaminhados por instituições parceiras e órgãos jurisdicionais.

Objetiva contribuir para a diminuição de fatores que fomentam a desestruturação familiar e a oferta inadequada de assistência aos filhos por meio da capacitação para o mercado formal de trabalho.

A diminuição no tempo de deslocamentos dos beneficiários e a diminuição da distância de suas moradias impactam positivamente nas relações familiares e profissionais.

Análises do SEBRAE¹, com base nos dados do Censo 2010 sobre ocupação e empreendedorismo nas regiões do Estado do Rio de Janeiro, apontam que o tempo médio de deslocamento de casa para o trabalho representa 42 minutos por trajeto.

Na baixada fluminense e na região da grande Niterói, o tempo médio aumenta para 47 minutos e 51 minutos, respectivamente, diminuindo a capacidade de organização das famílias.

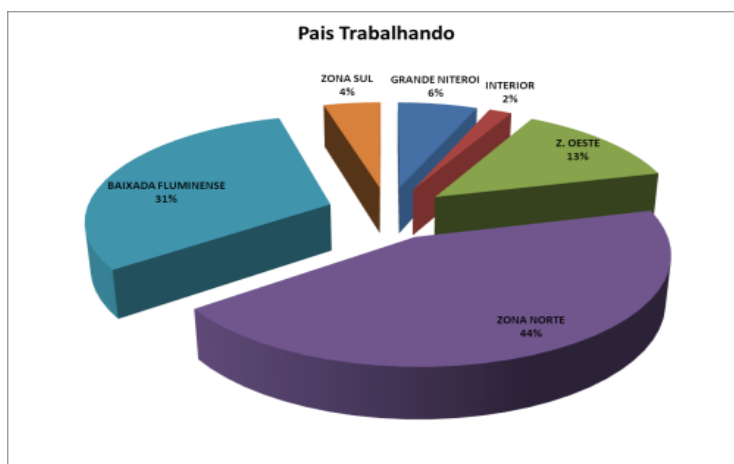
Quando considerados os dados de emprego formal, as regiões do noroeste fluminense, da baixada fluminense e da baixada litorânea mostram altas taxas de informalidade, a evidenciam vulnerabilidade social das famílias às modificações sazonais e de cunho econômico.

Dados de 2014 sobre os participantes do Programa Pais Trabalhando apontam que 31% dos beneficiários residem na baixada fluminense, sendo o maior percentual de beneficiários aqueles que residem na Capital.

Com relação à vulnerabilidade de crianças e adolescentes, o Dossiê Criança e Adolescente (2012)² aponta que, entre 2005 e 2011, o número de ocorrências de vitimação aumentou em 35,2%. O interior (30,5%) teve o segundo maior índice de ocorrências, seguido do índice da baixada fluminense (26,1%). O maior índice de ocorrências se registrou na Capital (35,6%), tendo a sua distribuição de prevalência na Zona Norte (41%) e na Zona Oeste (45,8%), onde residia a maior parte dos beneficiários atendidos pelo Programa, em 2014.

¹ SEBRAE. OCUPAÇÃO E EMPREENDEDORISMO NAS REGIÕES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: uma análise a partir do Censo 2010. Disponível em: http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RJ/Menu%20Institucional/Sebrae_EMP_mai12_ocup_emp.pdf. Consulta em julho/2015.

² SEBRAE. OCUPAÇÃO E EMPREENDEDORISMO NAS REGIÕES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: uma análise a partir do Censo 2010. Disponível em: http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RJ/Menu%20Institucional/Sebrae_EMP_mai12_ocup_emp.pdf. Consulta em julho/2015.



b) Indicador

Capacitação profissional para pessoas em vulnerabilidade social próxima da residência.

c) Meta

Aumento de 20% dos postos de trabalho, interiorizando e expandindo o projeto para as unidades operacionais do PJERJ próximas à moradia dos participantes beneficiados pelo Programa.

2ª) PROJETO JUSTIÇA PELOS JOVENS

a) Fundamento

O Programa Justiça pelos Jovens conta com cem postos de trabalho, atendendo a adolescentes e jovens em situação de risco pessoal e social, decorrentes de conflito com a lei.

Objetiva contribuir para a diminuição da reincidência de atos infracionais, ensejando o aumento da escolaridade e a capacitação para a empregabilidade de jovens encaminhados pela rede de atendimento socioeducativo e pelas Varas com atribuição em Infância e Juventude. Com a proximidade das moradias dos beneficiários, o projeto poderia aprimorar a sua relação com a rede de atendimento socioeducativo e escolar.

A facilidade de acesso à atividade de capacitação pelo trabalho também diminuiria o desgaste proporcionado pelo deslocamento aos centros urbanos, atuando como motivador do público atendido.

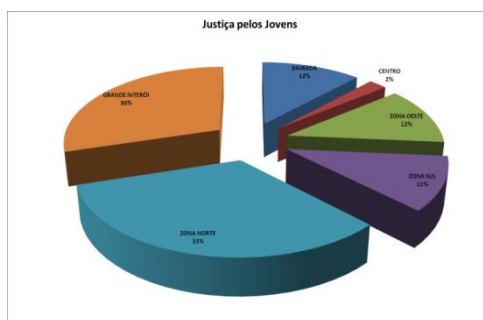
Dados do Censo 2010 apontam que crianças e adolescentes representam 26% da população do Estado do Rio de Janeiro. O Dossiê Criança e Adolescente (2012) registra que, de 2005 a 2011, o índice de apreensão de adolescentes aumentou 71,1%, dado que, comparado à diminuição, no

mesmo período, da mortalidade de jovens entre 14-24 anos, aponta a efetividade das ações institucionais de contenção e responsabilização do público atendido pelo programa.

Das apreensões realizadas em 2011, o percentual distribuído nas regiões do estado demonstrou equivalência de apreensões na Capital (27,6%), no Interior (27,6%) e na Baixada Fluminense (29,2%), demonstrando a necessidade de ações de apoio ao sistema socioeducativo, dando suporte e incentivo à escolarização e favorecendo a inserção no mundo do trabalho.

Dados dos beneficiários do Programa Justiça pelos Jovens, em 2014, indicam que 30% dos jovens atendidos residiam na região da Grande Niterói e 12% na Baixada Fluminense.

O número de jovens do Programa que residiam na Capital (48%) parece apontar a acessibilidade como característica significativa para a entrada no Programa. Dados das apreensões apontam a prevalência de ocorrências na Zona Oeste (21,6%) e na Zona Norte (39,6%), localidades onde residia a maioria dos beneficiários do Programa, em 2014.



b) Indicadores

b.1) Índice de não reincidência

b.2) Progressão escolar e capacitação profissional.

c) Meta

Aumento de 20% dos postos de trabalho, interiorizando e expandindo o projeto para as unidades operacionais do PJERJ próximas à moradia dos participantes beneficiados pelo Programa.

3ª) **COMEÇAR DE NOVO**

a) Fundamento

O Programa Começar de Novo conta com cem postos de trabalho, atendendo a pessoas com dificuldades de reinserção no mercado formal de trabalho, que tiveram condenação criminal. O público atendido é composto por egressos e/ou cumpridores de pena em meio aberto ou restritiva de direitos.

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro – PJERJ Plano de Logística Sustentável - PLS

Objetiva contribuir para a diminuição da reincidência da criminalidade, gerando oportunidades de capacitação e de reinserção no trabalho.

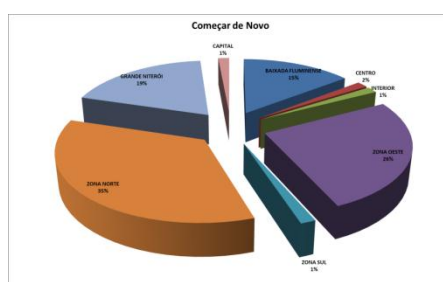
Para o público atendido, a proximidade com a moradia facilita a retomada da escolarização e a capacitação profissional, aspectos essenciais para a reinserção no mercado formal de trabalho.

Dados do Ministério da Justiça (2014) ³ apontam que, no município do Rio de Janeiro, a população carcerária pesquisada possuía baixa formação escolar e inserção informal no mercado de trabalho, independentemente do regime de cumprimento da pena.

Dados dos 461 entrevistados, entre 2011 e 2014, pela equipe técnica do Começar de Novo-CNJ apontam que 59% (270) tinham cursado o ensino fundamental e que a maioria destes (176) não completou o nível elementar de estudos. Com relação à inserção no mercado formal de trabalho, 51% dos entrevistados (237) tinham tido experiências com vínculo empregatício.

Dados sobre o local de residência dos beneficiários atendidos no Programa Começar de Novo (PJERJ), em 2014, apontam para a maioria de residentes na Capital (65%), seguidos dos moradores da Grande Niterói (19%) e da Baixada Fluminense (15%).

A baixa procura de moradores de outros pontos da região metropolitana deve-se, em parte, à distância, ao gasto financeiro e ao tempo extenso no deslocamento. Aspectos que também comprometem a reinserção dos beneficiários do Programa no ensino formal, ressalvadas a modalidade de ensino à distância e atividades de capacitação profissional.



b) Indicadores

- b.1) índice de não reincidência;
- b.2) progressão escolar e capacitação profissional.

c) Meta

³ PRADO, G. L. M. (Coordenador). Prisão: Para quê e Para quem? Diagnóstico do Perfil Carcerário e Perfil do Preso. Série Pensando o Direito. Volume 44 – Lei de Execução Penal. DF: Ministério da Justiça e Centro de Assessoria Popular Mariana Criola, 2014. Disponível em: <https://participacao.mj.gov.br/pensandoodireito/wp-content/uploads/2013/02/joined-44.pdf> . Consulta em julho/2015.

Aumento de 20% dos postos de trabalho, interiorizando e expandindo o projeto para as unidades operacionais do PJERJ próximas à moradia dos participantes beneficiados pelo Programa.

4ª) JOVENS MENSAGEIROS

a)Fundamento

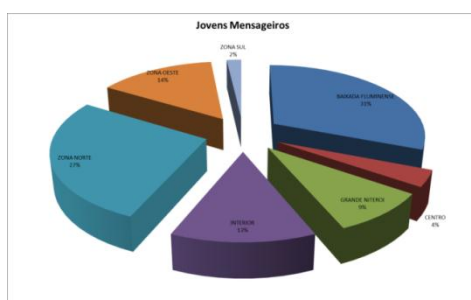
O Programa Jovens Mensageiros conta com 90 postos de trabalho, atende a estudantes (ensino médio, médio-técnico e superior) com idade entre 18 e 24 anos, em situação de vulnerabilidade social.

Objetiva contribuir para a inserção social de jovens de famílias de baixa renda, ensejando a progressão da escolarização e a capacitação por meio de atividade remunerada.

A proximidade entre a atividade remunerada e a de profissionalização, diminui o desgaste proporcionado pelo deslocamento, atuando como facilitador da continuidade de estudos do público atendido, aumentando a capacidade de empregabilidade futura.

Dados do Censo 2010 apontam que crianças e adolescentes representam 26% da população do Estado do Rio de Janeiro.

Indicadores socioeconômicos levantados pela Rede Intergeracional de Informações para a Saúde (2012) apontam que, na população masculina urbana do Rio de Janeiro com idade entre 18 e 24 anos, a taxa de permanência por onze ou mais anos de estudos formais é de 51,76%, dado que não representa a progressão escolar e a conclusão dos ensinos fundamental e médio.



b)Indicadores

b.1)expedientes movimentados por número de beneficiários;

b.2)progressão escolar e capacitação profissional.

c)Meta

Aumento de 20% dos postos de trabalho, interiorizando e expandindo o

projeto para as unidades operacionais do PJERJ próximas à moradia dos participantes beneficiados pelo Programa.

5ª) CONVÊNIOS PARA EMPREGABILIDADE

a) Fundamento

Os programas de inclusão social do PJERJ almejam aumentar a capacidade de empregabilidade formal futura dos beneficiários, estabelecendo parcerias para capacitação profissional e novas possibilidades ocupacionais.

Convênios complementam as ações voltadas para as pessoas que procuram as vagas do Portal de Oportunidade do Programa Começar de Novo, do Conselho Nacional de Justiça, com vistas à captação de novos parceiros para reintegração ao mundo do trabalho de pessoas com antecedentes.

b) Indicador

Futura formalização de convênios com a Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego do Rio de Janeiro e com a Secretaria de Estado de Trabalho e Renda, bem assim com outras Secretarias Municipais, para expansão das possibilidades de encaminhamento a postos de trabalho.

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro – PJERJ
Plano de Logística Sustentável - PLS

| Iniciativas | Ações | Resultados Esperados | Unidade Responsável | Data Início | Data Fim | Recursos Necessários | Riscos |
|-------------|--|--|---------------------|-------------|-----------|---|--|
| 1 | 1.1 Visita aos fóruns para a apresentação dos projetos de inclusão social. | Receptividade dos juizes, diretores dos fóruns. | DEAPE | Jan 2016 | Dez 2020 | TRANSPORTE; ESPAÇO FÍSICO. | Baixa adesão às propostas apresentadas. |
| | 1.2 Estabelecer parcerias para construção de rotinas | Consecução dos objetivos dos projetos. | | | | ESPAÇO FÍSICO; TRANSPORTE. | Baixa adesão |
| | 1.3 Contratação da equipe técnica (psi e as). | Suporte na execução do trabalho desenvolvido c/ os participantes. | | | | Recurso orçamentário. | Atraso na implementação da ação por conta da capacitação da equipe técnica. |
| | 1.4 Seleção e contratação de participantes | Adequação dos participantes aos perfis solicitados | | | | Espaço físico; equipe técnica e recursos orçamentários. | Indisponibilidade de pessoas interessadas em determinadas localidades. |
| | 1.5 Apresentação dos participantes nos postos de trabalho. | Cumprimento das regras e das rotinas de trabalho. | | | | Transporte. | Descumprimento de prazo para início de contrato de trabalho |
| | 1.6 Acompanhamento social e psicológico | Formação profissional para trabalho mobilização de recursos sociais e de cidadania | | | | Transporte; equipe técnica. | Carência de recursos. |
| | 1.7 Sistematização do desempenho dos participantes. | Para promover o desenvolvimento do participante | | | | Equipe técnica. | Baixa motivação do participante em aderir às propostas apresentadas pela equipe. |
| | 1.8 ANÁLISE E VALIDAÇÃO DO ALCANCE SOCIAL DA PROPOSTA. | VERIFICAÇÃO DO RESULTADO DOS OBJETIVOS PROPOSTOS NOS PROJETOS. | | | | Equipe técnica. | Insuficiência na coleta de dados. |
| 2 | 2.1 Visita aos fóruns para a apresentação dos projetos de inclusão social. | Receptividade dos juizes, diretores dos fóruns. | DEAPE | JAN. 2016 | DEZ. 2020 | Transporte; espaço físico. | Baixa adesão às propostas apresentadas. |

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro – PJERJ
Plano de Logística Sustentável - PLS

| | | | | | | | |
|---|--|---|--|---|--|--|--|
| | 2.2 Estabelecer parcerias para estabelecimento de rotinas. | Consecução dos objetivos dos projetos. | | | | Espaço físico; transporte. | Baixa adesão. |
| | 2.3 Contratação da equipe técnica (psi e as). | Suporte na execução do trabalho desenvolvido c/ os participantes. | | | | Recursos orçamentários. | Atraso na implementação da ação por conta da capacitação da equipe técnica. |
| | 2.4 Seleção e contratação de participantes | Adequação dos participantes aos perfis solicitados | | | | Espaço físico; equipe técnica; recursos orçamentários. | Indisponibilidade de pessoas interessadas em determinadas localidades. |
| | 2.5 Apresentação dos participantes nos postos de trabalho. | Cumprimento das regras e das rotinas de trabalho. | | | | Transporte. | Descumprimento de prazo para início de contrato de trabalho |
| | 2.6 Acompanhamento social e psicológico | Formação profissional para o trabalho; mobilização de recursos sociais e de cidadania | | | | Transporte; equipe técnica. | Carência de recursos. |
| | 2.7 Sistematização do desempenho dos participantes. | Para promover o desenvolvimento do participante. | | | | Equipe técnica. | Baixa motivação do participante em aderir às propostas apresentadas pela equipe. |
| | 2.8 Análise e validação do alcance social da proposta. | Verificação do resultado dos objetivos propostos nos projetos. | | | | Equipe técnica. | Insuficiência na coleta de dados. |
| | 3 | 3.1. Visita aos fóruns para a apresentação dos projetos de inclusão social. | | | | Receptividade dos juizes, diretores dos fóruns. | DEAPE |
| 3.2. Estabelecer parcerias para estabelecimento de rotinas. | | Consecução dos objetivos dos projetos. | Espaço físico; transporte. | Baixa adesão. | | | |
| 3.3. Contratação da equipe técnica (psi e as). | | Suporte na execução do trabalho desenvolvido c/ os participantes. | Recursos orçamentários. | Atraso na implementação da ação por conta da capacitação da equipe técnica. | | | |
| 3.4. Seleção e contratação de participantes | | Adequação dos participantes aos perfis solicitados | Espaço físico; equipe técnica; recursos orçamentários. | Indisponibilidade de pessoas interessadas em determinadas localidades. | | | |
| 3.5. Apresentação dos participantes nos postos de trabalho. | | Cumprimento das regras e das rotinas de trabalho. | Transporte. | Descumprimento de prazo para início de contrato de trabalho | | | |

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro – PJERJ
Plano de Logística Sustentável - PLS

| | | | | | | | |
|---|---|---|-------|----------|----------|--|--|
| | 3.6. Acompanhamento social e psicológico | Formação profissional para trabalho; mobilização de recursos sociais e de cidadania | | | | Transporte; equipe técnica. | Carência de recursos. |
| | 3.7. Sistematização do desempenho dos participantes. | Para promover o desenvolvimento do participante | | | | Equipe técnica. | Baixa motivação do participante em aderir às propostas apresentadas pela equipe. |
| | 3.8. Análise e validação do alcance social da proposta. | Verificação do resultado dos objetivos propostos nos projetos. | | | | Equipe técnica. | Insuficiência na coleta de dados. |
| 4 | 4.1. Visita aos fóruns para a apresentação dos projetos de inclusão social. | Receptividade dos juízes, diretores dos fóruns. | DEAPE | Jan 2016 | Dez 2020 | Transporte; espaço físico. | Baixa adesão às propostas apresentadas. |
| | 4.2. Parcerias para estabelecer rotinas | Consecução dos objetivos dos projetos. | | | | Espaço físico; transporte. | Baixa adesão. |
| | 4.3. Contratação da equipe técnica (psi e as). | Suporte na execução do trabalho desenvolvido c/ os participantes. | | | | Recursos orçamentários. | Atraso na implementação da ação por conta da capacitação da equipe técnica. |
| | 4.4. Seleção e contratação de participantes. | Adequação dos participantes aos perfis solicitados | | | | Espaço físico; equipe técnica; recursos orçamentários. | Indisponibilidade de pessoas interessadas em determinadas localidades. |
| | 4.5. apresentação dos participantes nos postos de trabalho. | Cumprimento das regras e das rotinas de trabalho. | | | | Transporte. | Descumprimento de prazo para início de contrato de trabalho |
| | 4.6. acompanhamento social e psicológico | Formação profissional para trabalho; mobilização de recursos sociais e de cidadania | | | | Transporte; equipe técnica. | Carência de recursos. |
| | 4.7. Sistematização do desempenho dos participantes. | Para promover o desenvolvimento do participante | | | | Equipe técnica. | Baixa motivação do participante em aderir às propostas apresentadas pela equipe. |
| | 4.8. Análise e validação do alcance social da proposta. | Verificação do resultado dos objetivos propostos nos projetos. | | | | Equipe técnica. | Insuficiência na coleta de dados. |

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro – PJERJ
Plano de Logística Sustentável - PLS

| | | | | | | | |
|----------|--|--|-------------|-----------|-----------|-----------------------------|---|
| 5 | 5.1. Visita às secretarias municipais de trabalho para a apresentação dos projetos de inclusão social. | Receptividade dos secretários e órgãos responsáveis | Deape | Jan. 2016 | Dez. 2020 | Transporte; Espaço físico. | Baixa adesão às propostas apresentadas. |
| | 5.2 estabelecer parcerias para construção de rotinas | Consecução dos objetivos dos projetos. | | | | Espaço físico; transporte. | Baixa adesão |
| | 5.3 formalização de convênios | Início | Delfa Decan | | | | Demora para conveniar. |
| | 5.4. acompanhamento dos resultados de encaminhamentos | Verificação dos índices de encaminhamento | | | | Transporte; equipe técnica. | Não receber informações regulares |
| | 5.5.- análise e validação do alcance social da proposta. | Verificação do resultado dos objetivos propostos nos projetos. | | | | Equipe técnica. | Insuficiência na coleta de dados. |

META GERAL

- Lotação anual de 5% da meta proposta, ou seja, ao final do período de 2016 a 2020, atingir 20% dos postos de trabalho, interiorizando e expandindo o projeto para as unidades operacionais do PJERJ próximas à moradia dos participantes beneficiados pelo Programa.

PROJETO DE SUSTENTABILIDADE DO TJERJ

Como encontrar este assunto no site TJERJ?

Simple, acesse o site: www.tjrj.jus.br >

> Programa pró-sustentabilidade >

> Gestão ambiental >

Saiba mais sobre o Projeto de Sustentabilidade

Telefones:

(21) 3133-2336 / (21) 3133-2338

E-Mail:

gabpres.digam@tjrj.jus.br

Realização:



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Comissão de Políticas Institucionais para Promoção da
Sustentabilidade
Departamento de Ações Pró-Sustentabilidade
Divisão de Gestão Ambiental